

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

--- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.** ----

-----  
--- Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sala da Assembleia, na antiga Escola Prática de Cavalaria, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

--- **Um**–APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–APRECIAÇÃO RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL - PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL.-----

--- **Três**–APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – 1º SEMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----

--- **Quatro**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA PROCEDIMENTO CONCURSAL – CHEFE DA DIVISÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E AMBIENTE. ---

--- **Cinco**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA EXCLUSIVA APLICAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS.-----

--- **Seis**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO À REALIZAÇÃO DA EXPOALCANEDE DOIS MIL E DEZASSEIS – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA.-----

--- **Sete**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA “IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – A COBRAR NO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE”.-----

--- **Oito**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES A DOIS MIL E DEZASSEIS A LIQUIDAR EM DOIS MIL E DEZASSETE. -----

--- **Nove**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR EM DOIS MIL E DEZASSETE. -----

--- **Dez**–APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TAXA MUNICIPAL DOS

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

DIREITOS DE PASSAGEM PARA DOIS MIL E DEZASSETE. -----

--- **Onze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMI – JOÃO CARLOS FLORES FERREIRA. -----

--- **Doze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES E CARRETEIS – CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO – PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS. -----

--- **Treze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS (SERVIÇOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE VEÍCULOS) – COMPROMISSO PLURIANUAL. -----

--- **Catorze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA RELATIVA AO PROCESSO CONDUCENTE À NOMEAÇÃO DOS JUÍZES SOCIAIS PARA O BIÊNIO DOIS MIL E DEZASSETE/DOIS MIL E DEZOITO. -----

--- **Quinze**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – AGRO-PECUÁRIA VALINHOS, S.A.-----

--- **Dezasseis**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – LIMESTONE, LDA.-----

--- **Dezassete**—APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia (Presidente), Manuel Joaquim Vieira (Primeiro Secretário), Ana Teresa Pereira Pires Martins da Mota Antunes (Segunda Secretária), Abílio Manuel Mota Ribeiro, António Joaquim da Conceição Rodrigues Neto, Armando António Leal Rosa, Beatriz Santos Martins, Cristina Margarida Gomes Casanova de Pereira Martins, Diogo António Pereira Lourenço Piedade do Carmo, João Miguel Tavares Rodrigues, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto, José Luís Marques Cabrita, Luís

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

Manuel da Graça Batista, Manuel João Maia Frazão, Maria Alecra Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Maria Helena Claro Victor Vinagre, Paulo José da Costa Delgado Marques, Paulo Tiago Rodrigues dos Santos, Renato António Vieira Calado Possante Bento e Vítor Manuel de Carvalho Franco. -----

--- **Presidentes de Junta:** -----

--- Carlos Manuel Madeira dos Santos (Abitureiras), Rui Manuel Lopes Ferreira (Abrã), Cristina Maria Bento Neves (Alcanede), Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões), João de Oliveira Neves (Almoster), José Augusto Alves dos Santos (Amiais de Baixo), Paulo Jorge Gaspar Guedes (Arneiro das Milhariças), Joaquim Duarte Aniceto (Gançaria), Luís Emílio Rodrigues Duarte (Pernes), Vanessa Filipa Azinheira Cláudio Duarte (Póvoa da Isenta), Manuel João Heitor Custódio (Vale de Santarém), António João Ferreira Henriques (União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém), Carlos do Carmo da Cruz Trigo (União de Freguesias de Casével e Vaqueiros), Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (União de Freguesias de Romeira e Várzea) e Carlos António Marçal (União de Freguesias da Cidade de Santarém), Maria Emília Serrão Massena Santos (em representação do Presidente da União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês) e Ricardo Luís da Costa (União de Freguesias de São Vicente do Paúl e Vale de Figueira). -----

--- Justificaram a sua ausência: -----

--- António José Ferreira Simões Borba, Gonçalo José Zarco Martinho do Rosário, João Piedade Joanaz, Raquel Inês Marques Fernandes, Sandra Isabel de Sousa Barreiro Dinis, Teresa Isabel Duarte Fonseca Vargas Rodrigo, Tiago Alexandre Freitas Mendes Preguiça e Marcelo Ferreira Morgado (Presidente da Junta de Freguesia de Moçarria). -----

--- Pediram a substituição nos termos da Lei e do Regimento: -----

--- Carlos Augusto Pinhão Coutinho, Cássio José Gonçalves Martins Leitão, Dina Maria Gomes Rocha e Ramiro José Jerónimo Matos. -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, António José da Piedade Carmo, Susana

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

Cristina Coelho Pita Soares, Luís Manuel Sousa Farinha, Celso Ricardo Pimenta Braz, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Ricardo Jorge Figueiredo Segurado, e Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes.-----

--- Ausências:-----

--- Paula Alexandre Machado de Sousa Canavarro.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, informando que o senhor Horácio Neto Frade da Silva, eleito pela lista do Partido Social Democrata, pediu a renúncia do mandato, sendo substituído pelo senhor João Miguel Tavares Rodrigues, que já tomou posse em anterior sessão. -----

--- Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, submetendo a discussão e votação a Ata número Dez – dois mil e treze/dois mil e dezassete, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- De seguida, submeteu a discussão e votação a Ata número Dezassete – dois mil e treze/dois mil e dezassete tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. -----

--- Prosseguiu-se o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo tomado a palavra o senhor **José Luís Cabrita** que questionou se o senhor Presidente da Câmara tem acompanhado a evolução negativa da situação do Hospital de Santarém. Disse que a informação de que dispõe é de que a situação no Hospital é cada vez mais caótica, com doentes no corredor, em macas, com operações que são marcadas e em seguida são adiadas, doentes que são preparados para a operação e, à última da hora, lhes é dito que não são operados porque não há condições e, embora sejam contratados médicos e enfermeiros, segundo sabe, na primeira oportunidade, vão-se embora. Crê que há um conselho consultivo do Hospital onde a Assembleia Municipal tem representantes perguntando se esse conselho consultivo tem reunido e, em caso afirmativo, se tem debatido a situação do Hospital. -----

--- Depois a senhora **Vanessa Cláudia Duarte**, Presidente da Junta de freguesia de Póvoa da Isenta, recordou que em dois mil e catorze o mercado diário da freguesia foi rebentado, devido ao assalto do ATM. Afirmou que embora a Câmara se tenha prontificado a ajudar os valores transferidos não cobriram nem metade dos prejuízos. Alegou que foram valores

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

transferidos de rúbricas já cabimentadas para esta nova rúbrica criada e aprovada. Assim sendo, em sua opinião, a Câmara Municipal não ajudou a freguesia, nestes últimos três anos, pois somente se prontificou a transferir de rúbricas para rúbricas valores já cabimentados de mandatos transatos. Manifestou a dúvida se não merece esta freguesia ser equipara a tantas outras bem como os respetivos fregueses, que também são munícipes da autarquia. -----

--- Em relação à escola referiu que, antes do início do ano letivo, e como já vem sendo hábito em anos anteriores, foi coordenado com o corpo docente e não docente o levantamento das necessidades mais significativas por forma a iniciar este ano letivo com as mesmas solucionadas, nomeadamente, e devido ao número inicial das crianças matriculadas, a compra de mais utensílios para o refeitório, o arranjo do parque infantil, a pintura e limpeza da zona envolvente e algumas pequenas reparações diversas. -----

--- Afirmou que dias antes o início do ano escolar se deparou com uma notícia que deixou a junta de freguesia alerta e bastante preocupada pois existia a possibilidade eminente de serem transferidas cerca de catorze ou quinze crianças vindas da freguesia vizinha Almoster. Acha que todas as crianças têm direito a um ensino digno e a uma escola com condições pelo que aquelas crianças foram recebidas de bom grado apesar das grandes incertezas pois uma escola preparada para cerca de trinta alunos passou a estar no seu limite com cerca de quarenta e cinco crianças o que potencia o surgimento dos mais variados problemas. -----

--- Destacou as salas mistas, uma de primeiro e quarto ano e outra de segundo e de terceiro onde, para colmatar o enorme número de crianças foi dada a uma das docentes a possibilidade de criar o seu ninho, contudo não há local adequado onde colocar esse ninho com cerca de doze crianças. A escola, apenas dispõe de um telheiro afeto à sala com chão em cimento, sem qualquer tipo de condições para os alunos, sem ventilação ou aquecimento, para além de que este é um local de passagem para os alunos que ficam dentro das salas de aulas para zonas circundantes como as instalações sanitárias, o refeitório. Salientou refeitório também não é a solução pois tem de respeitar as normas de segurança e higiene exigidas para todos. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 20/2013-2017**  
Sessão de 30 de setembro de 2016

--- Afirmou que não pode aceitar o prolongamento desta situação. Mencionou que a cedência de um contentor, talvez, e a título provisório, fosse a melhor e mais célere solução para este problema, dizendo ainda que foi também proposto à Câmara o fecho de um telheiro exterior já existente na escola, em terra batida, tendo sido pedido apoio, quer técnico quer monetário por forma a ser colocar um chão, fechar as extremidades e assim criar uma sala acolhedora polivalente. -----

--- Chamou a atenção para o facto de em tempo de chuva os dois telheiros afetos às salas que têm cerca de vinte a vinte e cinco metros quadrados se tornarem pequenos e, caso se tenha que usar um para o ninho torna-se manifestamente insuficiente, alegando que até à data nada de concreto foi dito à junta. Prosseguiu salientando que esta situação não foi causada nem solicitada pela freguesia, foi algo imposto pelo Agrupamento, pela Câmara, pela freguesia de Almoester, gerando uma situação complexa uma vez que a escola não dispõe à data de meios para albergar nela quase quarenta e cinco crianças. -----

--- Disse estar certa que também é intenção da Câmara e do Agrupamento dar o melhor às crianças sejam residentes, não residentes ou transferidas. Considera que o importante são as crianças e o seu bem-estar educacional. Declarou que necessita de ajuda, de soluções rápidas e concretas pois já decorreram três semanas de aulas e pouco ou nada tem sido solucionado. Admitindo que a escola é da responsabilidade do Agrupamento e Ministério, realçou que é à junta de freguesia que as reclamações chegam, o que torna sua obrigação e dever solucioná-las ou, pelo menos, encaminhá-las, reforçando que quer o melhor para estas crianças pois elas são o futuro e toda a sua evolução depende de um bom ambiente educacional. -----

--- Por último, referiu-se a um abatimento que existia, junto a um café, na Rua José Júlio da Silva Delgado, em que após diversos contactos entre a Águas de Santarém e a Câmara, as Águas haviam declinado a responsabilidade embora tivessem efetuado uma intervenção nesse aqueduto em dois mil e catorze. Entretanto, talvez por boa vontade, o problema foi arranjado numa tarde em que, quando se apercebeu disso já não conseguiu falar com os intervenientes, no entanto, teve conhecimento que aquela intervenção teria resultado de a uma mensagem via telemóvel, enviada por um freguês, diretamente para o senhor

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

Presidente da Câmara na mesma manhã da intervenção. Questionou se de facto foi a mensagem que levou à solução imediata do problema, referindo que, se assim for, talvez devam todos começar a trocar mensagens com o senhor Presidente de modo a obter soluções mais rápidas, deixando cair as vias oficiais.-----

--- A seguir, o senhor **José Augusto dos Santos**, Presidente da Junta de freguesia de Amiais de Baixo, referiu a propósito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU que, sem por em causa as carências e as necessidades da área urbana da Cidade, Ribeira e Alfange parece-lhe que não se pode esquecer as freguesias rurais. Defendeu que as freguesias rurais também precisam de investimentos para a regeneração e mobilidade urbana e têm sido unidades desfavorecidas. Destacou que Amiais de Baixo é tipicamente uma freguesia urbana com necessidades desse tipo questionando para quando se prevê um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano para as restantes freguesias e perguntando se as restantes freguesias ficarão sem investimento até dois mil e vinte. -----

--- Em relação à recolha dos resíduos sólidos urbanos, disse que se espanta que os seus colegas presidentes de juntas não apresentem reclamações deste tipo, afirmando que em Amiais de Baixo todas as semanas se têm verificado problemas, ou recolhas insuficientes, ou viaturas danificadas que sujam os pavimentos, contentores danificados, quer com rodas partidas quer rotos, contentores por lavar. Disse ser abordado diariamente com estes problemas, realçando que as pessoas pagam para terem este serviço em condições, contudo, em Amiais, não o têm pelo que questionou quando é que a Câmara de Santarém resolve este assunto definitivamente.-----

--- Recordou que em fevereiro, na Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara disse que relativamente à segurança rodoviária na Avenida Vinte e Cinco de Abril junto ao Pavilhão do Clube Desportivo se previa que a obra seria feita no final do verão pelo que, tendo em conta que o verão já passou, perguntou qual é o ponto da situação nesta matéria. -----

--- De seguida a senhora **Beatriz Martins** referiu que a sua intervenção pretende informar a Assembleia sobre o âmbito e alguns resultados do projeto Verão In.Santarém... é Um Espanto! Que, em sua opinião, é oportuno conhecer, destacando que de vinte de junho a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

vinte e três de setembro de dois mil e dezasseis decorreu a segunda edição da iniciativa Verão In.Santarém... é Um Espanto! integrada num projeto com o mesmo nome.

--- Prosseguiu afirmando que em jeito de breve apreciação, e enquanto decorre o processo avaliativo que inclui a apreciação por parte dos parceiros, bem como o tratamento de dados e avaliação do público recolhidos ao longo do tempo da execução da iniciativa, é possível realçar que no In Agenda foram concretizados mais de duzentos eventos culturais no In.Artes, trinta e oito artistas participaram no In.Artes ocupando onze lojas, foi possível integrar lojas e *ateliers* já em funcionamento com as seis lojas devolutas transformadas em galerias, especialmente abertas durante o período de execução da iniciativa e, com os fotógrafos de Santarém, que este ano integraram o In.Artes, promoveu-se uma grande exposição de fotografia nas ruas da cidade. -----

--- Salientou também que no In.Sabores participaram dezasseis restaurantes e dezoito pastelarias, mantiveram-se as duas campanhas “Petiscos Nobre & C<sup>a</sup>” e “Tomate Azeite e Alho”, foi relançado o bolo tradicional “Pombinhas de Santarém” com uma nova apresentação, associando-o à charcutaria e a uma refeição específica, o pequeno-almoço, com a denominação *Pombinhas de Santarém Nobre e Compal*. Disse que foi também lançado o Festival Street Food em Santarém, com grande sucesso, e foi dado destaque à criatividade dos chefes de Santarém e às suas criações gastronómicas. -----

--- Realçou que o In.Movimento cumpriu a sua missão de envolver os setores mais idosos da população em atividades de promoção de saúde mas também promoveu hábitos de vida saudáveis com o Yoga ou a intergeracionalidade, com o convívio entre pais e filhos todas as manhãs de sábado no Jardim das Portas do Sol e ainda a alegria do convívio com a dança na rua. -----

--- Quanto ao In.“AfterHours” revelou que participou um número recorde de bares, e que no âmbito do In.Tradição, com a colaboração do INATEL foi possível promover a animação do Centro Histórico todos os sábados de manhã. Referiu que o mini bus circulou com grande sucesso no Centro Histórico, de terça a domingo, entre os dias seis de julho e dez de setembro, com visitas guiadas à cidade, muitas delas realizadas em inglês e que no In.Cidade as visitas guiadas temáticas tiveram uma procura surpreendente de interessados,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

da cidade e da região.-----

--- Salientou ainda que ao nível da comunicação foi conseguida uma melhoria significativa, relativamente à primeira edição, com filmes e documentários com ampla difusão nas redes sociais e a este respeito foi criada uma conta no Instagram, com grande aceitação entre os jovens e no Facebook.-----

--- Concluindo, realçou que o número de pessoas alcançadas foi surpreendente ao longo de todo o verão, estimando-se que mais de sessenta mil pessoas terão participado nas diversas áreas da iniciativa Verão In.Santarém... é Um Espanto! o que representa o dobro em relação ao primeiro ano de execução da iniciativa. Afirmou que ir ao centro histórico à noite tornou-se um hábito neste verão, visível nas esplanadas dos estabelecimentos do centro, permanentemente cheias de pessoas. Constatou-se a programação de concertos e espetáculos por alguns agentes económicos em praças e largos e observou-se a presença e participação, nas diferentes vertentes da iniciativa, de um número crescente de estrangeiros, sobretudo da Europa mas também dos Estados Unidos.-----

--- Seguidamente o senhor **Armando Rosa** felicitou a Câmara e o seu executivo pelo êxito que tem tido a realização do Verão In.Santarém... é Um Espanto! e disse que espera que não esmoreçam mas também que não se limitem ao Verão, defendendo que também nas outras épocas Santarém merece este tipo de ações.-----

--- Recordou que a Assembleia Municipal aprovou uma recomendação há cerca de um ano, relativamente ao estudo para a criação de um parque para autocaravanas, tendo em conta que ainda não há qualquer tipo de resposta e porque considera que este assunto é importante disse que gostaria de saber como é que está a situação.-----

--- Questionou também, embora haja uma recomendação a ser discutida na ordem de trabalhos da presente sessão, em relação ao coreto e à petição sobre o mesmo, se já há alguma previsão para intervir no coreto do Jardim da República.-----

--- Lembrou que o Mais Santarém, apresentou um requerimento em fevereiro do corrente ano, em que solicitava cópia dos contratos e protocolos assinados com os ocupantes do espaço da ex-Escola Prática de Cavalaria, questionava se existia um plano ordenador para este espaço e, se existisse, pedia também a memória descritiva resumindo as intenções

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

estratégicas para o espaço, ao qual ainda não foi dado qualquer tipo de resposta.-----

--- Referiu-se também a outra petição, sobre as rotundas, para a qual também ainda não há resposta, admitindo, contudo que pertence à respetiva comissão pelo que será um assunto interno a discutir, mas pensa que já deveria ter havido uma resposta a estes peticionários.

--- Por último chamou a atenção para a circulação rodoviária na zona escolar do Sacapeito, que, às horas de início e de final de aulas é caótica. Pensa que o departamento que estuda o tráfego automóvel na cidade devia analisar a situação no sentido de implementar ali alguma melhoria, ou algumas medidas que minorassem o caos que existe, especialmente às oito e meia e às treze e trinta, horários em que as situações que se geram potenciam acidentes que pode haver com os alunos que entram e que saem da escola.-----

--- Depois, o senhor **António Neto** chamou a atenção do executivo da Câmara Municipal para o perigo que pode ocorrer na Rua Vasco da Gama, a partir do café e restaurante A Padeirinha até ao cruzamento que liga às Caneiras, à Rua de Olivença e à Calçada da Junqueira, pois as casas do lado direito dessa rua estão todas desabitadas, em ruínas, o que já é um perigo, mas o maior perigo é que há muitas árvores, muita erva, já há muitos anos, e se houver ali um incêndio, os prédios do lado esquerdo, que são todos habitados, pode dar-se uma tragédia. Disse que os moradores estão preocupados com esta situação, e opinou que a Câmara podia mandar limpar aquela zona, antes que seja tarde, até porque o Cerco de São Lázaro pode também ser atingido. Disse ter sido chamado à atenção por moradores daquela zona, realçando que quem passa na rua se apercebe, mas assegurou que, quem vê o estado do local de um andar superior de um prédio em frente fica horrorizado. -----

--- A seguir o senhor **Luís Emílio Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, perguntou quando é que a Câmara Municipal de Santarém pretende liquidar o valor correspondente às obras aprovadas na Assembleia Municipal de trinta de abril de dois mil e quinze. Recordou que aquelas obras foram realizadas pelas freguesias no âmbito da delegação de competências nas quais se incluíam duas obras da freguesia de Pernes, uma relativa ao arranjo urbanístico do Largo da Penha de São Domingos e a outra referente à obra complementar do Largo do Rossio. Referiu que estas obras totalizam cento e dez mil

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

euros e foram realizadas no ano de dois mil e nove, portanto concluídas há sete anos. Afirmou que a freguesia já apresentou várias propostas à Câmara Municipal para que fosse pago o montante em dívida ao credor, contudo, nenhuma foi aprovada. Realçou que havendo uma porta aberta para a negociação dos juros este montante daria para liquidar a dívida ao credor e fazer uma amortização da dívida às Águas de Santarém o que seria vantajoso para a Junta de Freguesia de Pernes, e em consequência, para a Câmara Municipal e empresa Águas de Santarém, que essa dívida fosse liquidada com perdão de juros que rondam os vinte mil euros. -----

--- Disse que como a Câmara Municipal tem vindo a cumprir pontualmente o pagamento dos duodécimos a junta tem feito o pagamento de forma pontual às Águas de Santarém e amortizado mensalmente o valor da dívida das obras ao administrador de insolvência da empresa Lena Prédios. Perguntou se, caso estas obras tivessem sido incluídas no Programa de Apoio à Economia Local, pois só não o foram por incúria da Junta de Freguesia de Pernes, também faziam esta chantagem, e, afirmando que acredita que provavelmente não o faziam, disse que, com estas atitudes, começa a ficar convencido que os órgãos autárquicos de Santarém querem fazer com a freguesia de Pernes o mesmo que fizeram com a freguesia do Pombalinho. -----

--- Seguidamente o senhor **Carlos Trigo**, Presidente da União de Freguesias de Casével e Vaqueiros recordou que há dez anos que é presidente de junta e que traz à discussão, às Assembleias Municipais, a estrada municipal quinhentos e sessenta e sete. Referiu que este ano, no decorrer das Tasquinhas Dois Mil e Dezasseis, a freguesia teve o privilégio de ter presentes os senhores Presidentes das Câmaras de Santarém e de Torres Novas, onde, mais uma vez, num ato festivo, em que foram abordados pelas populações, prometeram às populações que este ano, finalmente, a situação ficaria resolvida. -----

--- Felicitou o senhor Presidente e todo o Executivo Municipal que Santarém pelo empenho que tiveram em resolver aquele assunto cumprindo a palavra dada e, finalmente, através do contrato de conservação ficou resolvida uma das partes daquela estrada municipal. Assim sendo, espera que a Câmara Municipal de Torres Novas cumpra também a palavra que deu à população da união de freguesias e que, até final do ano, possa concluir

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

o resto da obra. -----

--- A seguir o senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, reforçou que, como já foi dito várias vezes nesta Assembleia e também em algumas reuniões com presidentes de junta, que efetivamente os resíduos sólidos é uma situação que carece de resolução e embora tenha e sido feita limpeza de contentores em algumas freguesias, lamentou o facto de Alcanhões não ter sido contemplada com essa mesma limpeza e, apesar de ter solicitado a substituição de alguns contentores de lixo que têm vindo a ficar danificados, estes vão sendo recolhidos e as pessoas não têm o espaço que deveriam ter para colocar os seus resíduos sólidos urbanos.-----

--- Salientou que as pessoas vão queixam-se semanalmente à junta de freguesia, e disse que o facto de os imigrantes terem estado presentes na vila nestas férias aumentou bastante as reclamações porque têm contentores junto às casas e cheira muito mal, dizendo ainda que esta é uma situação que certamente verificar-se-á em todas as freguesias rurais.-----

--- Afirmou ter visto uma apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU sobre obras a realizar na cidade, declarando nada ter contra as mesmas, até pelo contrário, manifestando-se satisfeito por haver iniciativa de rejuvenescer a cidade, no entanto, apelou para a que as freguesias rurais do concelho de Santarém deixem de ficar esquecidas, como lhe parece que tem acontecido ao longo do tempo e defendeu que também existe vida nas freguesias rurais.-----

--- Recordou que a junta de freguesia de Alcanhões tem vindo a solicitar por diversas vezes a requalificação do espaço de jogo e recreio de Alcanhões, aguardando há dois anos para ter o projeto. Apesar de já terem o estudo prévio, disse que recentemente falou com os técnicos da Câmara que o informaram que, provavelmente, só no primeiro trimestre de dois mil e dezassete é que o projeto poderá ficar concluído. Salientou que há mais de uma centena de crianças em idade de brincadeira na vila de Alcanhões, lamentando que os equipamentos danificados que foram recolhidos não tenham sido substituídos destacando que neste momento o único equipamento que está no local para as crianças brincarem é um escorrega. Disse que esta semana ia havendo um acidente grave porque o referido escorrega tinha uns parafusos com um comprimento substancial e por mera coincidência

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

um funcionário da junta com o pai dessa criança aperceberam-se os parafusos foram retirados, mas sem parafusos as peças começam a cair. Afirmou que aquele espaço de jogo e recreio precisa de uma intervenção e que a freguesia tem, no seu orçamento, e nas Grandes Opções do Plano da Câmara verba inscrita para fazer obra. -----

--- Salientou que há sete anos que é presidente de junta e desde então a sua freguesia não tem permissão para fazer nenhuma obra nova. Questionou se os eleitos das freguesias são eleitos para enfeitar, para dizer que são presidente de junta. Relembrou que os munícipes das freguesias também pagam impostos, que não são poucos, destacando a taxa máxima de Imposto Municipal sobre Imóveis, por isso apelou ao senhor Presidente da Câmara, que olhe para as freguesias rurais, resolva o problema da recolha dos resíduos sólidos, resolva o problema dos contentores dos resíduos sólidos e também que permita fazer algum investimento público nestas freguesias. Disse estranhar, parecendo-lhe que as juntas são só cinco ou seis, pois a maioria dos presidentes de junta não menciona o lixo, ninguém menciona a falta de investimento público, pelo que questiona se estarão todos satisfeitos com os comportamentos de investimento que se têm feito nas freguesias rurais. Apelou para que, de uma vez por todas, se faça, não em ano de eleições, mas todos os anos, investimento público nas freguesias rurais. -----

--- Depois o senhor **João Tavares Rodrigues** disse não poder deixar passar a oportunidade para tecer um breve agradecimento pelo trabalho realizado ao longo deste mandato pelo deputado Horácio Silva e pelo contributo que desta forma deu a Santarém.

--- Congratulou a Câmara Municipal de Santarém pela realização da cerimónia de reconhecimento de mérito desportivo que se realizou no dia vinte e sete de setembro. Referiu que este evento teve como palco o Pavilhão Desportivo Municipal de Santarém e foi inserido na Semana Europeia do Desporto que decorreu entre os dias vinte e quatro e trinta de setembro. Salientou que de entre as centenas de atletas medalhados, quatrocentos e dois mais precisamente, é necessário realçar as vitórias de todos e a importância que as suas ações significam para Portugal e para a cidade de Santarém. Recordou que as principais categorias premiadas foram o desporto escolar; o desporto especial tendo sido galardoados os atletas Bruno Leitão e André Silva; o desporto federado, a nível regional e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

nacional, atribuindo-se prémios a cerca de vinte clubes do concelho de Santarém. Destacou que foram ainda atribuídos prémios de grande relevo ao atleta João Baeta por se tornar o primeiro homem a atravessar a nado o mar de Timor e à atleta Maria Martins por conquistar o lugar de vice-campeã europeia de ciclismo de pista. -----

--- A este propósito defendeu que além do empenho, rigor, vontade e dedicação dos atletas para a concretização de todas estas metas é importante realçar a aposta da Câmara Municipal de Santarém nas infraestruturas desportivas do concelho que permitem um aumento das condições de preparação dos atletas, quer a nível escolar, quer a nível federado. Considera que o apoio da Câmara Municipal tem sido uma peça chave na dinâmica desportiva do concelho e na busca do melhor acompanhamento possível dos atletas que brindam o município com tantas vitórias, elevando não só o seu nome como também o nome do nosso concelho. -----

--- Seguidamente o senhor **Luís Batista** referiu que em agosto houve uma reunião de câmara onde finalmente foram aprovadas as verbas de apoio às coletividades. Afirmou que esta aprovação, que devia ser de alegria, deixou-o com alguma tristeza porque daquela rubrica que existia para as obras nas coletividades foi dividida a verba por algumas coletividades, mas parece-lhe, no entanto, que não houve um critério, referindo que o que mais o preocupa é não ter havido um critério de atribuição destes subsídios. -----

--- Justificou a sua posição mencionando que, como é do conhecimento geral, a Associação de Alcanede fez uma obra de mil e seiscentos euros teve mil euros de subsídio, Alcanhões e os Santos realizaram ambas obras de vinte e oito mil euros tiveram cinco mil euros de subsídio cada uma, o Centro do Arneirense efetuou uma obra com uma verba superior cento e trinta mil euros teve cinco mil euros de subsídio e a Sociedade da Romeira que anda há oito anos a pedir apoio, com um investimento de mais de duzentos e cinquenta mil euros teve igualmente cinco mil euros de subsídio. Afirmou que isto o deixou triste e bastante aborrecido, alegando que se fossem dez mil euros até entenderia, considera que, uma vez que havia vinte e dois ou vinte e três mil euros na rubrica para dividir pelas coletividades que estavam já indicadas para receber o apoio, a Romeira, em função daquilo que investiu, devia ter um valor maior e o restante dividia-se também pelas outras

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

coletividades. -----  
--- Salientou que este processo de pedido à Câmara, à câmara Partido Social Democrata, começou em dois mil e oito mas, nessa altura a câmara optou por outras coisas e embora reconheça que esse é um direito do executivo manifestou a sua tristeza por na altura, quando a obra se iniciou, não ter tido realmente o apoio que entendia que a câmara deveria dar à coletividade da Romeira. Lembrou que se optou pela compra de um terreno em Alcanhões que está lá sem utilização, que custou cento e dez ou cento e vinte mil euros; optou-se por fazer a Casa das Coletividades de Alcanhões, onde a câmara gastou cento e dez ou cento e vinte mil euros e para as obras da Romeira nada. -----  
--- Disse que, das últimas reuniões que teve com o senhor presidente da Câmara, em março ou abril de dois mil e catorze com a presença do senhor presidente da União de Freguesia da Romeira Várzea e do ex-presidente da junta de freguesia da Romeira o senhor Presidente da Câmara disse que estavam onze mil e poucos euros na rubrica em causa e não haveria grande problema porque nesse momento não existiam pedidos desses, mas até ao fim do ano conseguiria arranjar cinco mil euros porque tinha a verba mas não o dinheiro. Disse compreender precisamente tudo isso, pois quanto a não ter pedidos parece-lhe que o senhor Presidente falou a verdade uma vez que os pedidos só apareceram no fim do contacto da câmara. Segundo o que está transcrito na ata, o senhor presidente disse que relativamente a Santos e Arneiro das Milhariças não havia pedidos, foi a autarquia que informou que tinha verba para apoio. Perante o exposto questionou o facto de o senhor Presidente saber que a Romeira deve setenta e cinco mil euros, ter vinte mil euros na rubrica e convidar outros a pedir o apoio em causa, argumentando que quando essas associações pedissem equacionar-se-ia essa situação. -----  
--- Prosseguiu referindo que o que mais o preocupa realmente é não saber se ainda irá ter ou não mais apoio pois o senhor Presidente, na reunião de câmara de agosto, informou que para além das associações para as quais propôs na altura apoios estão a ser avaliadas situações semelhantes de outras associações para poderem também beneficiar de apoios e algumas das que foram então apoiadas, provavelmente, vão ter ainda um reforço em anos futuros. Realçou que com a carolice das pessoas da Romeira já se conseguiu pagar mais

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

dez mil euros, neste momento devem-se sessenta e cinco mil euros e informou que hoje foi à câmara entregar a documentação para receber os cinco mil euros, portanto, fica-se a dever sessenta mil euros. -----

--- Disse que perante as declarações do senhor Presidente, não há certeza que estas tenham um reforço, e embora provavelmente venha a ser dado mais algum apoio à Romeira mas o senhor Presidente já está a pensar nos outros, se calhar até os vai avisar e embora reconheça que toda a gente tem direito a ter apoios e as coletividades das freguesias rurais precisam de apoio, voltou a frisar que o processo da Romeira se iniciou há oito anos. ----

--- Salientou que se existem fundos comunitários têm que se aproveitar, lembrando que o senhor Presidente agora tem os fundos comunitários para o município não vai desperdiçá-los, vai apresentar vinte e nove projetos, por sinal só na cidade. A este propósito disse achar bem que a cidade seja apoiada mas as freguesias rurais também não podem ser esquecidas, portanto, mais uma vez apelou para que no futuro a coletividade da Romeira possa continuar a ser ajudada como deve ser. -----

--- Disse também que lhe foi transmitido que não havia possibilidade para atribuir mais, mas quando se contrapõe com o exemplo da coletividade de Almoester o senhor presidente alega que esse caso foi uma coisa extraordinária que aconteceu devido à neve. Perante estas respostas questiona o que aconteceria se aquela coletividade, que tem o teatro, o folclore e várias outras atividades, tivesse caído. Seria uma catástrofe. Pensa que se tal tivesse ocorrido a Câmara, também mandaria, pelo menos, os sessenta mil euros que deu a Almoester. -----

--- Voltou a apelar ao senhor Presidente, para ajudar porque a coletividade continua com sessenta mil euros de dívida ao banco, uma coletividade que tem noventa anos, que necessita de um apoio, que a população já apoiou, que o estado já apoiou, e quem falta aqui apoiar é o Município de Santarém. -----

--- Interveio novamente o senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de freguesia de Alcanhões, considerando o anterior orador que pode ter toda a razão do mundo, contudo, em sua opinião, não devia evocar exemplos de outras freguesias e de outras coletividades. Em relação aos vinte e oito mil euros de investimento para a Associação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

Popular de Alcanhões, disse que poderiam ter sido cento e cinquenta e oito mil euros. Prosseguiu salientando que a casa da Associação Popular de Alcanhões, era alugada cujos diretores da Associação conseguiram comprar o edifício, tendo a direção vindo a recuperar o referido edifício, destacando este espaço não têm bar nem cozinha. -----

--- Recordou que a Romeira fez um polidesportivo no valor de trezentos ou quatrocentos mil euros, enquanto a Azoia de Cima, na mesma altura, fez um polidesportivo por sessenta ou setenta mil euros, salientando que, neste momento, tem que defender o senhor Presidente da Câmara porque, em sua opinião, dividiu a verba que havia disponível pelas coletividades. -----

--- Seguidamente, a senhora **Cristina Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanede, corroborou as palavras do anterior orador. Salientou que a ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alcanede, única associação na sede de freguesia, que recebeu um apoio, efetivamente, de mil euros referente a uma candidatura de mil e seiscentos. -----

--- Depois, o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, disse ter pedido a palavra porque foi referida uma associação em Almoester e o apoio de sessenta mil euros. Esclareceu tratar-se da Associação Primeiro de Maio, sita no Casal da Charneca, à qual, que em janeiro de dois mil e seis, caiu o telhado por efeito da queda de neve que se verificou em Santarém. Salientou que em maio desse ano a Câmara decidiu que dar um apoio para a reposição do telhado. -----

--- Retomou a palavra o senhor **Luís Batista** que clarificou que quando falou nas outras coletividades não foi pelo valor, sublinhando que afirmou que todas deviam ter um valor superior ao que tinha sido dado, frisou que a sua intervenção se deve à falta de critério. Afirmou também que a obra não ficou só no valor da candidatura, tendo a coletividade já pago cerca de cinquenta mil euros. -----

--- Depois a senhor **Maria Alecta Ferreira** sublinhou que ser importante continuar a divulgar, apoiar e incentivar aquilo que de positivo se faz, procurando dar uma visão realista, combatendo populismos e facilitismos que se aprazem em tudo minimizar ou mesmo destruir., partilhando algumas iniciativas do executivo municipal que reputa de grande dimensão, indicadoras de uma leitura dinâmica, positiva e atual das suas funções e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 20/2013-2017**  
**Sessão de 30 de setembro de 2016**

competências. Assim, e porque foi professora durante quarenta anos, compreender-se-á que comece por salientar a iniciativa do pelouro da educação de no dia vinte e três de setembro dar as boas vindas aos professores num jantar de confraternização que juntou, nas Portas do Sol, cerca de trezentos professores, do ensino público, privado e instituições particulares de solidariedade social, de todos os níveis de escolaridade, do pré-escolar ao superior. Afirmou que valorizar a educação é próprio das sociedades evoluídas, conhecedoras da importância de proporcionar às crianças e jovens as melhores ferramentas para enfrentar um futuro promissor, mas cheio de desafios e dificuldades. Defendeu que valorizar a educação passa, em grande medida, por dar relevo ao papel do professor, por apoiá-lo, e mesmo, mimá-lo. Considera que se está num país em que o poder político central se entrega a experimentalismos inconsequentes, propostos por grupos de trabalho que enxameiam o Ministério para, precisamente, fugirem ao exercício da atividade sobre a qual teorizam, mas da qual fogem a sete pés. Em sua opinião, neste contexto os professores são referências de estabilidade, tantas vezes mal compreendidos por uma sociedade pouco agradada com as exigências do sindicalismo que tende a eternizar-se no cumprimento de uma agenda política e não pedagógica. Afirmou que é com muita satisfação que felicita o Executivo Municipal por mais este ato de apoio aos professores, que vem, aliás, dar sequência a uma atitude autárquica que desde há alguns anos caracteriza a sua orientação política. -----

--- Destacou a forma como Santarém organizou a sua participação nas comemorações das Jornadas Europeias do Património dois mil e dezasseis através da iniciativa Abraço Cultural – Caminhada Noturna, prosseguindo na sua orientação a valorização do património cultural e a sua vivência próxima pelos munícipes. O evento contou com a presença da senhora Secretária de Estado do Turismo e cerca de dois mil participantes visitaram dezasseis monumentos emblemáticos da cidade, cada um animado musicalmente por várias associações culturais do concelho. Considera da maior importância salientar que na realização desta atividade estiveram envolvidos como colaboradores diretos diversas instituições do concelho como a Diocese de Santarém, a Santa Casa da Misericórdia, a Fundação Passos de Canavarro, o Conservatório de Santarém, o Grupo de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

Sons do Alviela, o Coro do Circulo Cultural, o Grupo de Canto e Guitarra de Coimbra, os Órgãos Históricos de Santarém, entre outros. Ou seja, tratou-se de uma efetiva partilha de vivências e emoções entre espectadores e atores do fenómeno cultural. Uma noite de encontro, em que a iniciativa política tornou efetiva a vivência da cultura. -----

--- Salientou que outras iniciativas de valorização do património humano do concelho merecem ser referidas porque são significantes de uma política consolidada de claro enfoque na pessoa, no mérito, no esforço, no reconhecimento. Neste contexto mencionou a cerimónia de reconhecimento do mérito desportivo onde foram homenageados quatrocentos e dois atletas do desporto escolar, federado e especial. Destacou também uma singular aliança entre desporto e cultura, que obteve grande adesão, a atividade Tejo Alive realizada a dezassete de setembro e que consistiu num percurso pedestre ambiental entre as Portas do Sol e as Caneiras, pela margem do Tejo, e em que vários investigadores foram dando informações sobre a especificidade da flora e da fauna daquele território acrescentando ainda que em simultâneo decorreu uma ação de canoagem pelo mesmo percurso igualmente aberta à população. -----

--- Afirmou que é esta atitude política, polifacetada, do executivo municipal no seu conjunto que com muito agrado deseja ressaltar na medida em que concretiza uma leitura inteligente da função autárquica, como serviço motivador prestado à sua comunidade.---

--- De seguida do senhor **Carlos Marçal**, Presidente da União de freguesias da Cidade de Santarém, reportou-se à intervenção do deputado António Neto relativamente a um possível incêndio na Rua Vasco da Gama, informando que no início de agosto não só cortou as ervas do Cerco de São Lázaro, como da Rua Vasco da Gama, da Rua de Olivença, da Calçada da Junqueira tendo sido pedida para o efeito ajuda à proteção civil. -----

--- Depois o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoster, referiu, com agrado, que uma vez mais o senhor Presidente da Câmara Municipal cumpriu o que disse e já se verificam as obras no âmbito do contrato de conservação de estradas. No entanto, ainda neste âmbito, chamou a atenção para o estado em que se encontram os pavimentos da estrada municipal número quinhentos e catorze no Guxerre e da estrada municipal quinhentos e dezassete pois as mesmas para além de estarem em mau estado

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

apresentam problemas de segurança. Quanto à estrada municipal quinhentos e catorze, dado o estado em que já se encontra, colocou à consideração da Câmara a validação de cortar ou não o trânsito na mesma. -----

--- Quanto aos contentores de resíduos sólidos urbanos disse que na sua freguesia existem várias situações em que estão danificados, uns estão partidos outros estão sem rodas e continua também a ser necessária a lavagem destes equipamentos. Referiu que esta situação tem-se vindo a agravar porque hoje em dia são muito menos utilizados sacos de plástico e as escorrências, no caso dos contentores partidos, são uma constante. -----

--- Chamou a atenção para o facto de que as copas das árvores na estrada nacional trezentos e sessenta e cinco, que foi desclassificada, estão abaixo dos quatro metros regulamentares. Quando passam lá galeras criam situações de perigo, caem troncos para a estrada, o que poderá provocar algum acidente grave até porque as próprias galeras, para não romperem os toldos, aproximam-se do meio da via. Considera importante que se olhe para esta situação a fim de prevenir que não haja acidente nenhum. -----

--- Por último, na qualidade de presidente da comissão de trabalho que apresentou o relatório sobre o coreto, questionou qual o ponto daquela situação, nomeadamente se a Câmara já obteve ou não autorização para intervir de acordo com os termos do relatório que foi aprovado há um ano.-----

--- Seguidamente o senhor **Joaquim Neto** questionou relativamente às obras nas barreiras de Santarém, em que fase está o processo e se já existe alguma previsão de datas em concreto. -----

--- Perguntou o que é que o executivo está a pensar fazer em termos de novos desenvolvimentos no tocante aos apartamentos da antiga Escola Prática de Cavalaria tanto mais que recentemente viu na comunicação social que a hipótese do politécnico deixaria de existir. -----

--- A seguir o senhor **Paulo Tiago** disse ter ouvido com bastante atenção as intervenções havidas tendo constatado que nesta Assembleia já se começa a ouvir falar em obras o que é sinal que se está perto das eleições. Recordou que nas últimas assembleias os problemas eram o lixo e as ervas, hoje já ouviu pouco sobre estes assuntos, sinal que provavelmente

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

já começam a ser resolvidos. Agora o problema é obra, dinheiro para as obras.-----

--- Constatou que nesta matéria a questão está entre as obras contempladas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU e as obras nas freguesias rurais afirmando que é preciso fazer uma distinção e entender que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU não contempla nem pode contemplar obras nas freguesias. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU apenas pode contemplar obras nas Áreas de Reabilitação Urbana que, em Santarém, são duas, a do planalto e a de Alfange. -----

--- Afirmou que, sendo assim, toda a linha argumentativa de que se gastou o dinheiro num lado e não se gastou no outro até poderia colher se o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU fosse financiado a cinquenta ou a cem por cento pela Câmara, mas não é, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU tem uma grande componente comunitária. Concorda que têm que se aproveitar os fundos comunitários, neste caso têm que se aproveitar os oitenta e cinco por cento que se conseguiram para fazer o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU, tem que se aproveitar para fazer as obras, defendendo que se essas obras têm que ser feitas na cidade, que se façam, pois a cidade também precisa. Disse ainda que, com o trabalho que está a ser feito de consolidação orçamental, provavelmente a curto prazo poderão fazer-se também obras nas freguesias rurais, no entanto uma coisa não tem que invalidar a outra, não tem que se deixar de fazer obras na cidade, especialmente quando se tem uma grande componente de fundos comunitários, só porque de momento ainda não conseguimos chegar a todas as freguesias.

--- Em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta de Alcanhões que lamentava que não se consegue fazer obras novas nas juntas, disse querer aproveitar para lhe dar os parabéns porque ele até fez algumas obras novas em Alcanhões, nomeadamente a requalificação da Casa da Matança, foi daqueles presidentes de junta que espera que não sejam a exceção e que sem mundos e fundos conseguiu fazer a requalificação. -----

--- Quanto à intervenção do deputado do Mais Santarém que falou na ata da comissão das rotundas, disse, na qualidade de presidente da comissão, que também está seriamente preocupado até porque espera pela ata talvez há seis meses, desde que se realizou a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

primeira reunião e até porque se comprometeu pessoalmente a enviar essa mesma ata para a viúva que era quem estava à frente daquele movimento, lamenta não lha apresentar, mas, existe um secretário da comissão a quem cabe elaborar a ata, pelo que assegurou que logo que a ata lhe chegue diligenciará para que a mesma seja chegue com a maior brevidade possível quer ao senhor deputado quer à viúva. -----

--- A seguir o senhor **Pedro Mena Esteves**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões, tecendo algumas considerações em relação à intervenção do senhor deputado Paulo Tiago, afirmando que ficava satisfeito pela requalificação da cidade, mas que as freguesias rurais também merecem investimento público. Sublinhou que as eleições não o preocupam, preocupa-o sim ter há sete anos inscrito no orçamento e nas Grandes Opções do Plano da Câmara oitenta e tal mil euros e todas as obras que a junta de freguesia tem feito até aqui, diz a Câmara, é ao abrigo da delegação de competências, e a delegação de competências não chega para tudo porque há necessidade de reparar estradas, reparar buracos. Quanto às obras que se têm realizado na Casa da Matança foi com o apoio da junta de freguesia em termos de materiais, realçando que aquela obra foi feita pela população, nomeadamente a Associação de Caçadores e de Pescadores de Alcanhões e Vale de Figueira estando presentes nas feiras que se realizam em julho em Alcanhões, em duas edições da feira já arranjam a verba necessária para pagamento das mesmas.-----

--- Retomou a palavra o senhor **Paulo Tiago** que disse saber que o senhor presidente de Alcanhões é uma pessoa atenta e que conhece muito bem a cidade por isso não tem dúvida nenhuma que ele sente que fazem falta essas obras e que entende que são precisas agora. Afirmou o seu objetivo não foi de forma nenhuma dizer que o senhor presidente andava preocupado com as eleições foi realçar que, com aquilo que tem, consegue fazer obra também, com a ajuda das populações, é certo, mas consegue-se ir fazendo, contudo, se não há tantos fundos como se queria por isso tem que se fazer com menos. -----

--- Seguidamente o senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que a evolução do hospital e da degradação de alguns serviços é algo que preocupa bastante o executivo e recordou que a assembleia municipal tem responsabilidades acrescidas porque já se fez uma assembleia extraordinária sobre o tema. Disse que tendo estado prevista para a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

semana passada uma visita do senhor Ministro da Saúde por causa da Unidade de Saúde Familiar de Alcanede era sua intenção aproveitar a oportunidade para lhe demonstrar as preocupações sobre esta matéria. Crê que as suas declarações públicas, nos últimos anos sobre o hospital, demonstram a preocupação que tem sobre o tema. Referiu que faz parte de uma comissão que não tem reunido, mas vai solicitar que a mesma se reúna brevemente. Deixou claro que a autarquia está sempre atenta ao que se passa no hospital e está marcada uma reunião com a comissão de utentes e, portanto, a situação do hospital está a ser acompanhada com muita atenção. -----

--- Relativamente às questões colocadas pela presidente de junta da Póvoa da Isenta sobre a questão das obras, do que foi feito e do que está para pagar, salientou que nas reuniões mensais com as juntas de freguesia o município tem sido muito claro. Esclareceu que, a Câmara, no ano passado deliberou um milhão e trezentos mil euros de obras das juntas de freguesia e disse que iria pagar. Afirmou que a deliberação não ocorreu mais cedo porque muita documentação esteve a ser compilada caso contrário poderia ter sido antes. Disse também que teve o cuidado de informar que este ano não haveria mais possibilidade de pagar mais obras e que tal seria feito para o próximo ano, prevendo-se que as deliberações seriam em fevereiro e a partir dessa altura pagar-se-iam. Salientou que os procedimentos já se podem fazer como antigamente porque existem limites ao endividamento, recordando que todos podiam fazer obra e ela seria paga quando tivesse que o ser, contudo hoje isso não é possível. Portanto, o que tem dito aos presidentes de junta é que todos os eleitos têm que ser criteriosos na escolha dos seus investimentos e o município de Santarém assumirá, dentro do que está orçamentado, as suas responsabilidades, sem esquecer que já não dá para fazer empréstimos como antigamente nem os acordos de pagamento. -----

--- Relativamente à questão da escola de Almoester disse ter conhecimento que vai haver uma reunião na próxima semana, entre a senhora presidente de junta e a senhora vereadora, em que este assunto será abordado, entre outros, realçando, contudo que a Câmara também não estava à espera que as crianças de Almoester fossem para a Póvoa da Isenta, portanto, há que trabalhar em conjunto, mas destacou que estas são questões que não se resolvem facilmente de uma semana para a outra e além disso com as regras da contratação pública

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 20/2013-2017**  
**Sessão de 30 de setembro de 2016**

os procedimentos são ainda mais complicados.-----

--- Sobre o problema do buraco que entretanto foi arranjado, esclareceu que quando a Águas de Santarém informou que não estava na sua esfera, os serviços da autarquia iniciaram os procedimentos para a sua reparação mas, em algumas matérias, também tem que se verificar se está na delegação de competências ou não, como neste caso não estava avançou-se para a reparação tendo sido esse o tempo.-----

--- Sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU referiu que o deputado Paulo Tiago respondeu em parte e reforçou que estes planos se destinam exclusivamente a áreas urbanas. Afirmou que também gostaria que houvesse um plano estratégico de desenvolvimento rural onde Santarém concorreria, sem dúvida nenhuma, no entanto tinha que se fazer esta candidatura para que pudesse ser realizada a obra. -----

--- Realçou também que depois da revisão do Plano Diretor Municipal estar concluída e de estarem definidos os novos limites a autarquia pretende definir Áreas de Reabilitação Urbana também em algumas freguesias rurais, admitindo que provavelmente não dará para o fazer em todas mas nas têm um núcleo maior dará. Salientou que essa medida irá permitir mais equidade entre alguns municípios, por exemplo, quem fizer uma recuperação de uma casa no centro histórico tem uma isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis, nas freguesias rurais isso não existe, portanto está-se a trabalhar nesse sentido mas neste momento não era possível atuar de outra forma. -----

--- Defendeu que é falacioso que não se tenham feito obras nas freguesias rurais, embora admita que se fizeram menos, salientando a este propósito que, desde que assumiu o pelouro das freguesias, cerca de vinte e cinco milhões de euros foram investidos nas mesmas, durante os últimos dez anos, clarificando ainda que este valor não inclui as obras feitas pela Câmara diretamente nas freguesias mas apenas aquelas que o município transferiu a verba para o orçamento das freguesias. No que respeita a Alcanhões, nos últimos dez anos para obras foram quatrocentos e quarenta e dois mil euros mais trezentos e dez mil euros de protocolo de delegação de competências, portanto, setecentos e cinquenta e dois mil euros para Alcanhões, o que dá uma média de setenta e cinco mil euros por ano, relativamente à questão da obra nova, terá que se analisar e com alguma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

ajuda, começa-se a ter possibilidade de o fazer. -----

--- Realçou que as juntas de freguesia também têm que olhar para os seus orçamentos, todas, e verem a questão dos limites ao endividamento porque todos, municípios e freguesias, estão obrigados ao seu cumprimento. -----

--- Considera que o investimento público é fundamental mas, por exemplo, o Município de Santarém tem a necessidade da estrada para Alcanede, que é fundamental, já falou com vários ministros e secretários de estado, mas como não a autarquia não tem dinheiro neste momento para o fazer, tem limites ao endividamento, não pode fazer a obra. -----

--- Salientou ainda que relativamente às transferências dos duodécimos que são cerca de um milhão e cem mil euros por ano que vai para as juntas de freguesia tem cumprido sempre a transferência mensal, destacando que quando foi presidente de junta chegou a ter seis meses em atraso, e noutros anos, já com o Partido Social Democrata, houve até oito meses em atraso. Assegurou que se comprometeu que, enquanto estiver à frente dos destinos do Município de Santarém, os duodécimos são pagos de imediato, ou seja, no mês a seguir, e recordou que no ano passado algumas freguesias solicitaram que o duodécimo de dezembro, que devia ser pago em janeiro, fosse logo pago em dezembro por causa das questões dos funcionários, o que a Câmara fez logo que teve disponibilidade para tal e declarou que este ano se for necessário adotar-se-á o mesmo tipo de procedimento. Destacou que acha que esta medida é muito importante, assim como também acha muito importante que se diga que tais medidas são tomadas. -----

--- Ainda acerca do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU disse que é muito importante para os municípios que em dois mil e dezoito se faça uma reprogramação de fundos comunitários. Está consciente que em muitos casos será difícil porque são normas da união europeia, mas as prioridades de investimento afunilam muito a escolha de projetos e hoje os municípios têm obrigatoriamente que candidatar projetos em áreas que por vezes não aquelas em que efetivamente têm necessidades para colmatar. -----

--- Sobre a questão da recolha de resíduos e dos contentores informou que foi lançado um procedimento para a recolha em oito freguesias, mas na sequência de reclamações, esse concurso teve que ser eliminado e lançou-se um outro concurso que na próxima semana

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 20/2013-2017**  
**Sessão de 30 de setembro de 2016**

estará em condições de ser adjudicado. Acrescentou que este novo concurso passa a destinar-se à recolha de resíduos em dez freguesias rurais em vez das oito inicialmente programadas, portanto, espera-se ter, dentro de pouco tempo, uma empresa a fazer a recolha de lixo e a lavagem de contentores em dez das dezoito freguesias e o pessoal da autarquia, que atualmente está a fazer a recolha e algumas lavagens nas dezoito freguesias ficará só nas oito que não estão no contrato. Informou ainda que vão ser adquiridos cento e vinte e cinco contentores que se espera que sejam entregues também dentro de pouco tempo.-----

--- Esclareceu que a freguesia de Alcanhões não está incluída nesse contrato porque se optou por serem os serviços da câmara a fazer a recolha nas freguesias cujos limites territoriais confrontam com os da cidade de Santarém, clarificando que esse foi o critério.

--- No que diz respeito às obras e passadeiras sobrelevadas na Avenida Vinte e Cinco de Abril, junto ao Pavilhão do Clube Desportivo de Amiais de Baixo disse que infelizmente não se conseguiu na data que estava prevista mas está-se a tentar solucionar a questão o mais rapidamente possível. Contudo, a este propósito alertou que a implementação deste tipo de medidas é uma sobreposição de sinalização porque todas as pessoas que tiram a carta devem saber que dentro das localidades não podem circular a mais de cinquenta quilómetros por hora.-----

--- Agradeceu as palavras da deputada Beatriz Martins e do deputado Armando Rosa pelo In Santarém, corroborando que realmente foi um espanto. Realçou que é muito gratificante ver que, de ano para ano, a aderência das pessoas é cada vez maior e há mais pessoas na rua. O In movimento tem sido um projeto conseguido pelo que felicitou a Vereadora Susana pita Soares e todos os agentes culturais que se associaram à autarquia neste In Santarém que, de ano para ano, vem crescendo e vem enchendo a todos de orgulho.-----

--- Quanto à recomendação sobre o parque de autocaravanas recordou que há algum tempo tinha dito quais os locais que estavam a ser estudados e informou que foi decidido optar pelo espaço contíguo ao complexo aquático estando-se para contratar a entidade que fará o projeto. Explicou que se pretende fazer naquele local um parque de campismo e um parque para autocaravanas para permitir fazer um complexo mais alargado. Neste âmbito

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

disse que já está em andamento a construção de uma nova piscina no complexo para aumentar o plano de água, realçando que se está a trabalhar para que Santarém seja ainda mais apelativa. Esclareceu também que esta contratação será feita através da Viver Santarém e está também a ser analisada a questão ao nível dos licenciamentos porque para o parque de campismo obedece a uma série de legislação. -----

--- Sobre a questão do coreto referiu que estão a ser verificadas as especificidades técnicas que o projeto tem porque o contrato obriga a que se mantenham sempre as características que a arquiteta que projetou o jardim estabeleceu, prevendo-se que no próximo mês ou no seguinte esteja reparado, tendo em atenção as questões de autor. -----

--- Relativamente às cópias dos contratos e protocolos assinados com os ocupantes do espaço da ex-Escola Prática de Cavalaria, disse que pensava que essa documentação já tinha sido entregues e solicitou ao seu gabinete de apoio à presidência que a informação que foi disponibilizada aos vereadores na Câmara seja enviada ao deputado Armando Rosa. -----

--- Acerca das rotundas disse que apesar de faltar uma ata a este processo para que possa avançar, os técnicos do trânsito têm estudado esta matéria. -----

--- Sobre o congestionamento ao nível do trânsito no Sacapeito disse que não tinha conhecimento dessa situação acrescentado, que, no entanto, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU foi apresentado um projeto para requalificação da Avenida Afonso Henriques em que este problema estará definitivamente resolvido. -----

--- No que se refere à possibilidade de ocorrer um incêndio na Rua Vasco da Gama disse partilhar da mesma informação que o Presidente Carlos Marçal, confirmando a utilização dos meios dos bombeiros, acrescentando que esse trabalho teve que ser feito porque realmente as famílias proprietárias do terreno não o fizeram por não terem posses para o fazer. -----

--- Quanto à intervenção do senhor presidente Luís Emílio considera-a lamentável e os termos em que a fez, pois, a questão das dívidas e a proposta que apresentou foram faladas com os presidentes de junta. Disse estar consciente que a situação da junta de freguesia de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 20/2013-2017**  
**Sessão de 30 de setembro de 2016**

Pernes é complicada mas se tendo sido feito um acordo com as outras freguesias o de Pernes terá que ser semelhante, não pode abrir exceções, por mais que isso custe pois se se fizesse essa exceção geraria uma situação complicada. Recordou que a Câmara de Santarém deve cento e dez mil euros à junta de freguesia, que estão deliberados e é público mas, em contrapartida ao nível de refeições e água a Junta de Freguesia deve duzentos e sessenta e dois mil euros, portanto há um diferencial favorável à Câmara Municipal de cento e cinquenta e dois mil euros e independentemente de o senhor presidente da junta ter colocado algumas propostas para se alterar o acordo isso seria injusto para os outros presidentes.-----

--- A propósito da recuperação da estrada que passa por Casével, mencionada pelo senhor Presidente Carlos Trigo, disse que, até ao final do ano, dentro do contrato de conservação corrente haverá a possibilidade de recuperar e requalificar várias estradas no concelho e realçou que à autarquia de Santarém, neste âmbito, já foi possível cumprir o protocolo com a Câmara Municipal de Torres Novas acreditando que brevemente o Presidente da Câmara de Torres Novas venha a cumprir o que disse naquele dia das festas em Casével. -----

--- Reportou-se também à cerimónia do mérito desportivo, em que foram reconhecidos quatrocentos e dois atletas. Destacando que foi uma cerimónia muito bonita, deu os parabéns ao pelouro do desporto, à vereadora Inês Barroso porque a cerimónia decorreu com uma grande dignidade, grande participação. Defende que, claramente, à que diferenciar aqueles que se empenham um pouco mais e conseguem ter resultados desportivos mas endereçou também um agradecimento e parabéns a todos aqueles que praticam desporto referindo que a autarquia tem feito um grande esforço para apoiar o desporto, à semelhança do que se tem feito noutras matérias. -----

--- Quanto à questão dos apoios concedidos às coletividades recordou que o Município de Santarém tem que ter equidade e não pode olhar apenas para quem faz mais ressaltando que, mesmo com os comprometimentos que houve anteriormente, as limitações financeiras não podem ser esquecidas. Esclareceu que disse sempre que provavelmente iria ajudar mais porque acha que efetivamente se conseguirá ajudar, e esse o desejo do município, mas tem que se olhar para todo o território. Reafirmou que é diz muitas vezes

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

que é presidente do concelho de Santarém não é presidente só da cidade, disse também que a obra da Romeira é uma obra com uma dimensão considerável, que conhece, que o município está empenhado em ajudar, mas também terá que ajudar todas as outras e neste momento achou, por conhecer o território, que era fundamental também ajudar o esforço que outras entidades fizeram. Lamentou o facto de não haver disponibilidade para dar de imediato muito mais dinheiro mas, recordou os sucessivos governos, por exemplo, não é cumprem a Lei das Finanças Locais, o estado ainda fica com quatrocentos milhões de euros que deveria ir para os municípios mas não vem, fica dentro do Orçamento do Estado, portanto, resumiu, dirigindo-se ao senhor deputado Luís Batista o município irá ajudar mas tem que manter equidade relativamente a todos.-----

--- Agradeceu as palavras da deputada Alecta Ferreira dizendo que realmente o executivo realiza estas iniciativas com muito carinho e foi muito satisfatório ver a aderência que elas tiveram. Quanto à receção aos professores, apesar de não estado presente durante todo o evento conseguiu perceber que os professores se sentiram honrados com este convite, sentiram que o pelouro da educação convidou com gosto e que a educação é uma aposta do executivo.-----

--- Afirmou que Santarém é um concelho diferenciador ao nível da educação, havendo já indicadores estatísticos que o comprovam, vê-se o número de alunos que saem daqui para medicina, para engenharia, com boas notas, isso é gratificante. Disse que os pais em Santarém, com boas escolas, conseguem que os seus filhos fiquem bem preparados para entrar na vida académica e para terem um futuro auspicioso, o que enche o município de orgulho e isso deve-se aos professores por isso, defendeu, a autarquia tem que os mimar.

--- Disse também que o abraço cultural foi fabuloso, com duas mil pessoas a caminharem à noite pela cidade, a senhora Secretária de Estado e o Dr. Ceia da Silva ficaram fascinados, deram os parabéns pela moldura humana e pelas atuações. Agradeceu também aos agentes culturais que abrilhantaram a iniciativa.-----

--- Esteve na caminhada Tejo Alive, que considerou divinal, realçando a perspectiva completamente diferente que os investigadores transmitiram aos participantes, que gera o desejo de repetir a experiência e realçando também que a aderência das pessoas a estas

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 20/2013-2017**  
**Sessão de 30 de setembro de 2016**

iniciativas é cada vez maior.-----

--- Em resposta ao presidente João Neves esclareceu que a data indicativa para as obras de Guxerre incluídas no contrato de conservação corrente será vinte e quatro de outubro de dois mil e dezasseis. -----

--- Relativamente às copas das árvores na estrada nacional trezentos e sessenta e cinco disse que não tinha conhecimento pelo que terá que o serviço de fiscalização terá que se deslocar ao local para averiguar as medidas a tomar. -----

--- Sobre as obras nas barreiras informou que já se tinha enviado o contrato ao Tribunal de Contas que apresentou questões pelo que está a ser elaborada a necessária resposta ao Tribunal de Contas. Esclareceu que hoje esteve nas Infraestruturas de Portugal, a assinar o protocolo com aquela entidade onde a mesma assume o pagamento de até quatrocentos e cinquenta mil euros que era a parte que restava para se poder avançar com a obra. Disse também que uma das coisas que o Tribunal de Contas tinha questionado era as fontes de financiamento, pelo que, com este protocolo e tendo em conta que as restantes questões já estavam asseguradas, a resposta será enviada na segunda-feira e se não houver mais questões em breve o visto será emitido podendo-se então prosseguir com toda a tramitação.

--- Quanto aos apartamentos da Escola Prática de Cavalaria referiu que estão constituídos em propriedade horizontal, portanto, cada um deles vale por si, não havendo uma só caderneta para todo o edifício. Sobre a residência de estudantes disse que chegou a ver em alguma comunicação social que se tinha anunciado aquilo por uma questão política. Assegurou que o assunto foi mesmo falado com o Instituto Politécnico de Santarém que na altura tinha uma estratégia de atratividade de estudantes estrangeiros a qual não correu como era esperado e neste momento já não há essa necessidade, inclusive a residência de estudantes que o Instituto Politécnico de Santarém tem no Centro Histórico já está fechada.

--- Disse que o Município tem um projeto para aqueles apartamentos que pretende apresentar em outubro mas, de acordo com as avaliações que foram efetuadas os valores ainda estão um pouco altos. Esclareceu que para apresentar esse projeto para os referidos apartamentos fazendo uma hasta pública com o valor atual poderá não ser apelativo e conseqüentemente não haver interessados pelo que se está a verificar se juridicamente é

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

- viável ficar a valer trinta por cento a menos. -----
- Esgotado o Período de Antes da Ordem o Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIACÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** -----
- Interveio o senhor **Vítor Franco** que afirmou que o Bloco de Esquerda tem servido de despertador da Câmara Municipal de Santarém, referindo que o executivo municipal tem tomado algumas iniciativas depois desta força política ter apresentado algumas propostas.
- Solicitou esclarecimento sobre uma auditoria do Tribunal de Contas ao município de Santarém sobre responsabilidades financeiras identificadas no exercício da fiscalização prévia incidente sobre o processo número mil seiscentos e trinta e sete/dois mil e treze e que tem como base a violação da Lei dos Compromissos em relação a transportes escolares. -----
- Perguntou qual o ponto de situação do processo de nomeação do mediador cigano.---
- Referiu-se à semana da mobilidade criticando o estacionamento de viaturas municipais na Praça do Município. -----
- A seguir, o senhor **José Luís Cabrita** felicitou o executivo municipal pela iniciativa “Santarém IN” que proporcionou uma visita aos monumentos na cidade de Santarém. ---
- Referiu-se ao PERU salientando que a CDU não consegue designar o conjunto de projetos apresentados como um plano estratégico de desenvolvimento, considerando ter sido um processo que correu de cima para baixo. -----
- Sublinhou que a construção da escola de Almoester já constava da Carta Educativa, salientando que os contentores foram colocados oito dias antes do início das aulas, e ao que julga saber até hoje ainda não foi aberto concurso para a construção da referida escola. No seu entender, está a ser seguida uma estratégia para que o mais tardar no próximo ano haver argumentos para que em Almoester deixe de haver escola.-----
- Relativamente à Divisão Jurídica continua a haver processos que aguardam custas de parte sem que seja indicada qual a decisão tomada em relação a esse processo,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

questionando qual a decisão tomada em relação ao processo da Abispark.-----  
--- Quis saber qual o motivo da entrega de quinze cabazes a funcionários da autarquia.  
--- Perguntou qual o motivo do aumento do valor das rendas em atraso e que medidas estão a ser tomadas para que o município receba estes valores.-----  
--- Realçou que no mapa da situação financeira não vem mencionada uma conta aberta no BANIF, no balcão de Torres Vedras, sublinhando que esta conta não mencionada nas contas apresentadas pela Câmara no ano passado.-----  
--- Depois o senhor **Luís Emílio Duarte**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, clarificou em relação à dívida da Junta de Freguesia que existe uma questão de vinte mil euros que necessita de ser negociados, apesar de haver uma dívida de duzentos e cinquenta mil euros para com as Águas de Santarém que já vem do anterior executivo da Junta.----  
--- Seguidamente o senhor **Armando Rosa** teceu algumas considerações em relação ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), referindo que se perdeu uma oportunidade de ser elaborado um documento realista com uma verdadeira estratégia interventiva adaptada às particulares condições de uma cidade única com o seu património histórico.-----  
--- Este plano, no seu entender, deveria funcionar como um todo que reabilitasse o edificado, captasse residentes, comerciantes, estudantes e que desse condições a quem visita esta cidade.-----  
--- Salientou a degradação do ex-Presídio Militar e a Calçada do Monte que não fazem parte do referido Plano.-----  
--- Referiu que o PEDU como relatório de análise é um bom documento, no entanto como plano estratégico é pouco mais que zero, Santarém merecia mais e melhor.-----  
--- De seguida, o senhor **Joaquim Neto** considerou que é necessário dar celeridade à entrada em vigor do PDM, perguntando se existe alguma previsão para o efeito.-----  
--- Salientou que a ausência de planos especiais, designadamente para o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros, pode vir a ter consequências naquela área, nomeadamente quanto ao uso do solo assim com a impossibilidade de candidaturas a apoios nacionais ou comunitários.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

- A seguir, o senhor **Presidente da Câmara** clarificou que as medidas tomadas pela Câmara nada tiveram a ver com as iniciativas dos Bloco de Esquerda. -----
- Afirmou ser público que várias vezes violou a Lei dos Compromissos e neste caso foi relativamente ao transporte público para crianças. -----
- Relativamente ao mediador cigano referiu que está a aguardar a abertura de uma candidatura para o efeito. -----
- No tocante à semana da mobilidade referiu que cada vez existe menos municípios a aderir a esta iniciativa, sublinhando que é preciso insistir neste tipo de atividades e que o Município de Santarém não se vai desviar de aderir. -----
- Em relação ao PEDU esclareceu que existem projetos novos assim como alguns que já existiam e que foram aproveitados porque são necessários para Santarém. -----
- Quanto à escola de Almoester referiu que o concurso já foi lançado. -----
- Esclareceu que a questão dos cabazes foram cabazes feitos por funcionários da autarquia para oferecerem a outros colegas carenciados. -----
- Informou que a Lei relativa às rendas em atraso foi alterada pelo que o processo de notificações que estavam para avançar voltaram à estaca zero, pelo que é necessário reformular todo o processo. -----
- Esclareceu que a conta do BANIF não consta no mapa da situação financeira nem do relatório e contas apresentado no ano passado porque a conta se encontra a zeros e como tal não tem que constar nos documentos. -----
- No que concerne à dívida da Junta de Freguesia de Pernes disse tratar-se de uma questão de equidade relativamente a outras juntas de freguesia. -----
- Clarificou no tocante ao PEDU que Santarém teve que seguir as regras que lá estavam, de forma a poder candidatar-se a alguns projetos, considerando que o executivo não considera ser um plano estratégico. -----
- Depois, o senhor **Vereador Luís Farinha** referiu que após trinta dias para a recolha de contributos a Comissão Consultiva tem sessenta dias para se pronunciar. Findo este período o PDM irá para consulta pública. -----
- Sublinhou que caso o processo não esteja concluído dentro do prazo previsto terá de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

haver alteração às cartas de ordenamento para incluir as classes de solo prevista no plano do PNSAC e fazer uma alteração do regulamento para que possa incluir as regras de edificabilidade e incompatibilidade.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Câmara** clarificou que quer as contas a zero quer as contas sem movimentos não constam dos relatórios, lamentando que não tenha sido efetuada qualquer referência à redução da dívida do município em cerca de dois milhões de euros desde a última sessão da Assembleia.-----

--- Relativamente à proteção civil recordou que na última sessão da Assembleia disse que pretendia trazer esse plano à sessão da Assembleia, contudo ainda não foi possível concluir o documento que terá de ser aprovado pela Comissão de Proteção Civil. -----

--- No tocante ao planeamento sublinhou que o Presidente do IRUM, na apresentação do programa “Reabilitar para Arrendar”, referiu que Portugal tem seis milhões de casas para quatro milhões de famílias, isto para dizer que a estratégia apresentada no âmbito do PEDU tem a ver com o espaço público que tem uma continuidade lógica que tem de estar refletidos num plano de mobilidade que a Lezíria do Tejo fez para os onze municípios e tinham de estar de acordo com um conjunto de planos já estudados e de nível superior.--

--- Esgotadas as intervenções, foi dada por concluída a apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara e da situação financeira do Município de Santarém, que não carece de votação.-----

**--- PONTO DOIS – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – SEGUNDO TRIMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----**

--- Pela Câmara foi presente para apreciação o relatório em epígrafe, não tendo havido intervenções pelo que foi dada por concluída a apreciação do relatório em apreço que não carece de qualquer votação.-----

**--- PONTO TRÊS – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – PRIMEIRO SEMESTRE DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----**

--- Pela Câmara foi presente para apreciação o relatório em epígrafe. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** que referiu que a dívida financeira do município tem vindo a melhorar o que, no seu entender, se deve à elevada carga de impostos no concelho a par do investimento que é quase nulo. -----

--- Salientou que se verifica uma boa cobrança de receitas no primeiro semestre do corrente ano, contudo a despesa paga foi inferior à paga no primeiro semestre de dois mil e quinze. -----

--- Realçou que o município de Santarém tem uma média de execução orçamental muito inferior à média nacional, considerando que a autarquia apresenta alguns problemas de gestão que prejudica o bem-estar da população do concelho. -----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Vítor Franco** que relevou a importância da delegação de competência no âmbito da educação e que tem um peso no orçamento municipal de seiscentos mil euros. -----

--- Sublinhou que o Bloco de Esquerda foi o único partido a votar contra o PAEL. ----- Manifestou a sua preocupação relativamente à possível cativação de fundos comunitários que possam afetar os municípios. -----

--- A seguir, o senhor **Manuel João Frazão** congratulou-se com a apresentação do documento apresentado que contribui para uma maior transparência das contas municipais. -----

--- Manifestou com agrado a diminuição da dívida do município de Santarém em cerca de trinta e um por cento nos últimos quatro anos. -----

--- Seguidamente o senhor **Presidente da Câmara** destacou que os objetivos a que o executivo se propôs há quatro anos tem vindo a ser cumpridos, de modo a que o município de Santarém tivesse possibilidade de aproveitar o novo Quadro Comunitário “Vinte-Vinte”. E hoje a Câmara Municipal tem essa possibilidade. -----

--- Salientou que a apresentação deste documento permite às entidades bancárias ter uma análise mais atualizada das contas do município e com isso obter taxas de juro mais baixas.

--- Realçou que hoje a dívida do município, sem a EPC, é de cerca de quarenta e oito milhões de euros. -----

--- Clarificou, em relação à delegação de competências no âmbito da educação, que o

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

município conseguiu reduzir o encargo de seiscentos mil euros para trezentos mil euros, contudo a atual Secretária de Estado da Educação não está a indicar ninguém para reunir com o a Câmara para fazer a aferição dos gastos. -----

--- Após alguma troca de impressões foi dada por concluída a apreciação do Relatório em epígrafe que não carece de votação. -----

### --- PONTO QUATRO – PROPOSTA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – CHEFE DE DIVISÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS E AMBIENTE.-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta e um/dois mil e dezasseis: -----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária tomada em trinta e um de agosto de dois mil e dezasseis, por maioria, com cinco votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD – Partido Social Democrata e da CDU – Coligação Democrática Unitária e quatro abstenções dos senhor Vereadores do PS – Partido Socialista, tenho a honra de propor a essa Assembleia, que, nos termos do número um do artigo treze da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, delibere que o Júri do procedimento concursal para provimento do lugar de Chefe da Divisão de Espaços Públicos e Ambiente, tenha a seguinte constituição: -----

--- Presidente do Júri:-----

--- Pedro Manuel Rios Oliveira Camões Gouveia, Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial.-----

--- Vogais Efetivos:-----

--- Manuel Guilherme Caras Altas Duarte Pinheiro, Professor no Instituto Superior Técnico; -----

--- Ricardo Nuno Bento do Rosário, Chefe de Divisão da Unidade de Obras Públicas, Equipamentos e Apoio às Freguesias e Património Cultural do Município de Rio Maior.

--- Vogais Suplentes: -----

--- José Antônio Monteiro Corado Torrão, Chefe da Divisão Jurídica do Município de Santarém;-----

--- Jorge Manuel Maximiano Frazão, Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo.”

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

votação a **Proposta de Procedimento Concursal – Chefe de Divisão de Espaços Públicos e Ambiente**, nos termos do número um do artigo treze da Lei número quarenta e nove/dois mil e doze, de vinte e nove de agosto, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

**--- PONTO CINCO – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA EXCLUSIVA APLICAÇÃO NA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS. -----**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte Proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada por unanimidade na reunião de doze de setembro de dois mil e seis e considerando que: -----

--- Um. Os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, ao abrigo do disposto no número um, do artigo quarenta e nove, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro; -----

--- Dois. Nos termos do número dois, do citado diploma legal, os empréstimos podem ser de curto, médio e longo prazo; -----

--- Três. O Município de Santarém apresenta dívida total de duas vírgula catorze vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, encontrando-se assim em condições de recorrer a operações de substituição de dívida, de acordo com o número um do artigo sessenta e três da Lei número sete-A/dois mil e seis, trinta março (Lei do Orçamento de Estado dois mil e dezasseis); -----

--- Quatro. Se pretende acautelar, na contração destes empréstimos de médio e longo prazo, os princípios orientadores do endividamento autárquico, nomeadamente, a garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais e a prevenção de excessiva concentração temporal de amortização. -----

--- Cabe-me propor à Exm<sup>a</sup>. Assembleia, no seguimento deliberação camarária tomada por unanimidade na reunião de vinte e oito de setembro de dois mil e dezasseis, que seja tomada a seguinte deliberação: -----

Um – Autorizar a contratação de empréstimos de médio e longo prazo para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos, ao abrigo do artigo sessenta e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

três da Lei número sete-A/dois mil e dezasseis, de trinta de março (L.O.E. dois mil e dezasseis);-----

Dois - Adjudicar ao Banco BPI a contratação de três empréstimos para liquidação antecipada dos três empréstimos de saneamento financeiro contratualizados junto do Novo Banco, Caixa Geral de Depósitos e Banco BPI; -----

--- Três – Aprovar, por maioria absoluta dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções, dos seguintes contratos de empréstimo de médio e longo prazos, de acordo com o número seis do artigo quarenta e nove da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro:-----

--- a) Banco BPI – até ao montante de setecentos e cinquenta e seis mil e quarenta e dois euros e quarenta e quatro centimos (756.042,44€); -----

--- b) Banco BPI – até ao montante de quatro milhões seiscentos e noventa e dois mil quatrocentos e um euros e trinta centimos (4.692.401,30€);-----

--- c) Banco BPI – até ao montante de oito milhões setecentos e dezassete mil trezentos e setenta e oito euros e setenta e quatro centimos (8.717.378,74€)”. -----

--- Intervieram os senhores **José Luís Cabrita, Luís Batista e Paulo Tiago Santos**, que manifestara a sua concordância com a proposta em apreço a qual resulta de uma alteração à Lei que permite esta renegociação. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** realçou que esta renegociação dos empréstimos em apreço resulta numa redução da taxa de juros de seis por cento para zero virgula oitenta e cinco por cento.-----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de contratação de empréstimos de médio e longo prazo para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos**, nos termos da alínea f) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o número seis do artigo quarenta e nove da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

--- **PONTO SEIS – PROPOSTA DE APOIO À REALIZAÇÃO DA EXPOALCANEDE – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE ALCANEDE.**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta e quatro/dois mil e dezasseis: -----  
--- “Considerando que:-----  
--- I. Se irá realizar neste mês de setembro a ExpoAlcanede dois mil e dezasseis;-----  
--- II. Este evento, promovido pela Freguesia de Alcanede, baseia-se na exposição das entidades empresariais da zona Norte do Concelho;-----  
--- III. Trata-se de uma área territorial de incontornável importância para a economia local, deste e dos concelhos vizinhos a Norte, bem como de notável importância nacional, nomeadamente devido ao setor da extração de recursos minerais da Serra de Aire e Candeeiros (encontram-se cerca de seiscentas pedreiras ativas);-----  
--- IV. Este setor de atividade económica apresentou em dois mil e treze um volume de negócios e exportação de cerca de trezentos e quarenta milhões de euros e tem vindo a apresentar uma tendência de subida no que respeita às exportações para países como a França, China e Arábia Saudita;-----  
--- V. Para além do setor da pedra existem outras indústrias de grande relevo na zona, no âmbito de curtumes, equipamentos de frio e de hotelaria, mobiliário e colchões, processamento de carnes, metalomecânica pesada de apoio à indústria extrativa, com um volume de negócios anual na ordem dos cento e vinte milhões de euros;-----  
--- VI. Face aos valores expostos, não existe dúvida que a atividade destas empresas é essencial para a sustentabilidade económica e desenvolvimento local do Concelho de Santarém e, em consequência, para a melhoria das condições de vida da sua população;-  
--- VII. Trata-se de um evento único no Concelho, em que o desafio é o de potenciar a notoriedade, a promoção, a divulgação, as vendas, os intercâmbios e as oportunidades de negócio, eixos que visam contribuir para estimular a vida das empresas locais, com consequências na atividade económica ao nível Municipal;-----  
--- VIII. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações.-----  
--- Assim, dando sequência à deliberação camarária de doze de setembro de dois mil e dezasseis, tomada por unanimidade, tenho a honra de propor a essa Assembleia a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

concessão de apoio financeiro à freguesia de Alcanede, mediante a atribuição de um subsídio no valor de quinze mil euros para apoio na organização do evento ExpoAlcanede dois mil e dezasseis, ao abrigo das alíneas o) e ff) do número um do artigo trinta e três do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, em articulação com o disposto na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do mesmo diploma.” -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de apoio à realização da ExpoAlcanede – atribuição de apoio à freguesia de Alcanede**, nos termos da alínea j) do número um do artigo vinte e cinco, conjugado com as alíneas o) e ff) do número um do artigo trinta e três, ambas do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- **PONTO SETE – PROPOSTA DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL A COBRAR NO ANO DE DOIS MIL E DEZASSETE**. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta e seis/dois mil e dezasseis:-----  
--- “Nos termos da alínea ccc) do número um do artigo trinta e três e alínea c) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em doze de setembro de dois mil e dezasseis, cabe-me propor à Exm.<sup>a</sup> Assembleia que o Município tenha uma participação de cinco por cento no IRS de dois mil e dezassete, atendendo a que o Município aderiu ao PAEL - Programa de Apoio à Economia Local, razão pela qual está obrigado a fixar a taxa máxima de participação no IRS- Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, nos termos da alínea a) do número dois do artigo seis da Lei número quarenta e três/dois mil e doze, de vinte e oito de agosto”.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **José Luís Cabrita** referiu que a CDU iria votar a favor da proposta em apreço, não apenas em coerência com a posição tomada relativamente ao PAEL, mas também porque discordam que haja uma parte variável de IRS fixada pelas Câmaras, que é um prejuízo claro para os municípios. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Participação Variável a cobrar no ano de dois mil e dezassete**, nos da alínea c) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- **PONTO OITO – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES A DOIS MIL E DEZASSEIS A LIQUIDAR EM DE DOIS MIL E DEZASSETE**.-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta e cinco/dois mil e dezasseis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em doze de setembro de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor que essa Assembleia delibere, ao abrigo do disposto na alínea d) do número um do artigo vinte e cinco e alínea ccc) do número um do artigo trinta e três do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo cento e doze do Decreto-lei número duzentos e oitenta e sete/dois mil e três, de doze de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), na sua atual redação dada pela Lei número oitenta e três–C/dois mil e treze, de trinta e um de dezembro, aprovar a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar no ano de dois mil e dezassete, em zero vírgula quarenta e cinco por cento para os prédios urbanos contemplados na alínea c) do número um do artigo cento e doze do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (prédios urbanos)”.-----

--- O senhor **Vítor Franco** apresentou a seguinte proposta de alteração ao IMI:-----

--- Atendendo ao CIMI, na atual redação que lhe foi dada pela Lei número oitenta e três–C/dois mil e treze, de trinta e um de dezembro, nas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixarão a taxa a aplicar em cada ano dentro dos intervalos previstos na alínea c) Prédios urbanos: zero vírgula três por cento e zero vírgula quarenta e cinco por cento;-----

--- Atendendo a que poderão ainda ser deliberadas pela assembleia municipal, entre outras, as seguintes situações: a definição de áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

de combate à desertificação, e majorar ou minorar até trinta por cento a taxa que vigora para o ano a que respeita o imposto;-----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, reunida em trinta de setembro de dois mil e dezasseis, delibera:-----

--- a) Fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao ano de dois mil e dezasseis, a liquidar no ano de dois mil e dezassete, em zero vírgula quarenta e cinco por cento para os prédios urbanos contemplados na alínea c) do número um do artigo cento e doze do CIMI (prédios urbanos); -----

--- b) Definir a minoração de trinta por cento nas áreas territoriais correspondentes ao interior do Perímetro da ARU do Planalto e do Perímetro da ARU Ribeira Alfange.” ----

--- Seguidamente o senhor **José Luís Cabrita** levantou algumas dúvidas relativamente à taxa de IMI a aplicar em face da legislação mencionada na proposta.-----

--- Depois o senhor **Paulo Tiago Santos** realçou o trabalho realizado pelo executivo municipal na redução da dívida para poder beneficiar desta redução da taxa do IMI, lembrando que o município está abrangido pelo PAEL -----

--- De seguida, o senhor **Armando Rosa** perguntou se não haverá munícipes a pagar mais de IMI dado que o coeficiente de localização aplicado na liquidação do IMI passou de um máximo de um ponto três para um ponto nove.-----

--- Seguidamente, o senhor **Joaquim Neto** congratulou-se com esta baixa de impostos, no entanto, não pode deixar de realçar que apesar do trabalho realizado pelo executivo esta redução da taxa do IMI se deve ao atual governo.-----

--- Depois, o senhor **Presidente da Câmara** clarificou que existem fatores exógenos que permitiriam manter a taxa de zero vírgula cinco por cento. Contudo o executivo entendeu que não fazia sentido manter essa taxa, sublinhando que esta redução permite uma poupança aos munícipes de cerca de um vírgula dois milhões de euros.-----

--- Referiu que não concorda com a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda dado que o município nesta matéria está obrigado à taxa máxima.-----

--- Quanto ao coeficiente de localização não é o município que fixa esses montantes, pelo cabe aos munícipes proceder à reclamação das suas avaliações. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes a dois mil e dezasseis a liquidar em de dois mil e dezassete**, nos termos alínea d) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, ficando prejudicada a proposta apresentada pelo senhor Vítor Franco.-----

### --- PUNTO NOVE – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR EM DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta e três/dois mil e dezasseis:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em doze de setembro de dois mil e dezasseis, cabe-me propor à Exm.<sup>a</sup> Assembleia a Fixação de Taxa de Derrama em um vírgula cinco por cento para o ano de dois mil e dezassete, nos termos do número um do artigo dezoito, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, conjugado com a alínea d) do artigo vinte e cinco e alínea ccc) do número um do artigo trinta e três do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Lançamento de Derrama a cobrar em de dois mil e dezassete**, nos termos alínea d) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

### --- PUNTO DEZ – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA DOIS MIL E DEZASSETE.-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta e sete/dois mil e dezasseis:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, na reunião de doze de setembro de dois mil e dezasseis, cabe-me propor à Exm.<sup>a</sup> Assembleia a Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem em zero vírgula vinte e cinco por cento para o ano de dois mil e dezassete, nos termos da alínea b) do número dois do artigo cento e seis da Lei número cinco/dois ml e quatro, de dez de fevereiro, alterada e republicada pela

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

Lei número cinquenta e um/dois mil e onze, de treze de setembro”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem em zero vírgula vinte e cinco por cento para o ano de dois mil e dezassete**, nos termos da alínea b) do número dois do artigo cento e seis da Lei número cinco/dois ml e quatro, de dez de fevereiro, alterada e republicada pela Lei número cinquenta e um/dois mil e onze, de treze de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

**---PONTO ONZE – PROPOSTA DE ISENÇÃO DE IMI – JOÃO CARLOS FLORES FERREIRA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta e oito/dois mil e dezasseis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em trinta e um de agosto de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor que essa Assembleia, nos termos do número vinte, do artigo setenta e um do Estatuto dos Benefícios Fiscais, conjugado com o número dois do artigo dezasseis da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, delibere isentar o requerente João Carlos Flores Ferreira do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis, ao abrigo do número sete do já mencionado artigo setenta e um do Estatuto dos Benefícios Fiscais, pelo período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da reabilitação do edifício de que é proprietário, sito na Rua Serpa Pinto, números cento e trinta e sete, cento e trinta e nove, cento e quarenta e um e cento e quarenta e três, em Santarém, compreendendo os anos de dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte, com os fundamentos expostos na informação número sessenta e nove, de três de agosto, da Divisão de Finanças, que se anexa”.-----

--- O senhor **Manuel João Frazão** manifestou a sua concordância com proposta em apreço, sugerindo ao executivo que apresente uma proposta genérica para pedidos futuros de modo a dar celeridade a este tipo de pedidos. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Requerente João Carlos Flores Ferreira**, nos termos do número vinte, do artigo setenta

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

e um do Estatuto dos Benefícios Fiscais, conjugado com o número dois do artigo dezasseis da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

### **--- PONTO DOZE – CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES E CARRETEIS – CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT – PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.**

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número vinte e oito/dois mil e dezasseis:-----

--- “Em cumprimento da deliberação camarária, tomada por unanimidade na reunião de vinte e cinco de julho de vinte e seis, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos dos números um e seis do artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, em vigor por remissão da alínea f) do número um do artigo catorze do Decreto-Lei dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que delibere conceder autorização prévia para repartição de encargos pelos anos económicos de dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte, relativo ao concurso público para aquisição e manutenção de extintores e carreteis, a desencadear no âmbito da Central de Compras Eletrónica da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, com os fundamentos expostos na informação número dois mil quatrocentos e cinquenta, de trinta de junho de dois mil e dezasseis, da Divisão de Finanças, que se anexa”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Repartição de Encargos relativa ao concurso público para aquisição e manutenção de extintores e carreteis – Central de Compras Eletrónicas da CIMLT**, nos termos dos números um e seis do artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, em vigor por remissão da alínea f) do número um do artigo catorze do Decreto-Lei dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

### **--- PONTO TREZE – CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS (SERVIÇOS DE ALUGUER OPERACIONAL DE VEÍCULOS) – COMPROMISSO PLURIANUAL.**-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta e dois/dois mil e dezasseis: -----  
--- “Dando sequência à deliberação camarária de doze de setembro de dois mil e dezasseis, tomada por maioria, com quatro votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores do PSD – Partido Social Democrata e cinco abstenções dos senhores Vereadores do PS – Partido Socialista e da CDU – Coligação Democrática Unitária, tenho a honra de propor a essa Assembleia, nos termos dos número um e seis do artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, em vigor por remissão da alínea f) do número um do artigo catorze do Decreto-Lei dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, que se digne autorizar a contratação de locação de bens móveis (Aluguer Operacional de Quarenta Veículos Automóveis), o qual implicará a repartição dos encargos pelos anos económicos de dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, dois mil e dezanove, dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, bem como nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte de fevereiro, delibere conceder autorização prévia para assunção do compromisso plurianual, com os fundamentos expostos na informação número quatro mil setecentos e cinquenta e três, de dez de agosto de dois mil e dezasseis, da Unidade de Gestão de Viaturas, que se anexa”.

--- Foi dada a palavra ao senhor **Vítor Franco** que perguntou qual o motivo de neste contrato não estar previsto a aquisição de nenhuma viatura para cedência às coletividades.

--- De Seguida o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que já tentou adquirir um autocarro por esta via mas as locadoras não o fazem. Contudo o município espera poder no próximo ano adquirir um novo autocarro. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Contratação de Locação de Bens Móveis (Serviços de Aluguer Operacional de Veículos) – Compromisso Plurianual**, nos termos da alínea c) do número um do artigo seis da Lei número oito/dois mil e doze, de vinte de fevereiro, para os efeitos previstos nos números um e seis do artigo vinte e dois, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho, em vigor por remissão da alínea f) do número um do artigo catorze do Decreto-Lei dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e oito votos a favor, zero votos

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

contra e uma abstenção.-----

### --- PUNTO CATORZE – PROPOSTA RELATIVA AO PROCESSO CONDUCENTE À NOMEAÇÃO DE JUÍZES SOCIAIS PARA O BIÊNIO DOIS MIL E DEZASSETE/DOIS MIL E DEZOITO. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta/dois mil e dezasseis:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de trinta e um de agosto de dois mil e dezasseis, tomada por unanimidade, cabe-me propor à Exm.<sup>a</sup> Assembleia a aprovação da lista de candidatos ao cargo de Juizes Sociais, nos termos do disposto no artigo trinta e seis do Decreto-Lei número cento e cinquenta e seis/setenta e oito, de trinta de junho”.--

--- O senhor **Vítor Franco** aludiu o artigo trinta e quatro Decreto-Lei número cento e cinquenta e seis/setenta e oito, de trinta de junho, considerando que aquando a elaboração da lista os grupos municipais, no seu entender, poderiam ter sido ouvidos dado que a lei não o impede.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta relativa ao Processo Conducente à Nomeação de Juizes Sociais para o biénio dois mil e dezasseis/dois mil e dezoito**, nos termos do disposto no artigo trinta e seis do Decreto-Lei número cento e cinquenta e seis/setenta e oito, de trinta de junho, tendo sido **aprovada por maioria**, com vinte e oito votos a favor, zero votos contra e uma abstenção.-----

### --- PUNTO QUINZE – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – AGRO-PECUÁRIA VALINHOS, S.A. -----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta e nove/dois mil e dezasseis:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de doze de setembro de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Declaração de Interesse Municipal – Agro-Pecuária Valinhos, S.A.**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte e seis votos a favor, dois votos contra e uma abstenção.-----

--- O senhor **José Luís Cabrita** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O nosso voto contra prende-se com o facto da legislação inverte todo o processo atirando para a autarquia toda a responsabilidade”.-----

--- Pelo senhor **Armando Rosa** foi proferida a seguinte Declaração de Voto: “O Mais Santarém votou a favor desta proposta para não obstaculizar os investimentos”.-----

--- **PONTO DEZASSEIS – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – LIMESTONE, LDA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a Proposta número trinta e nove/dois mil e dezasseis:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de doze de setembro de dois mil e dezasseis, tenho a honra de propor a aprovação pela Exma. Assembleia da proposta em epígrafe, nos termos do disposto da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Declaração de Interesse Municipal – Limestone, Lda.**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com vinte e seis votos a favor, dois votos contra e uma abstenção.-----

--- **PONTO DEZASSETE – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO.**-----

--- Pelo senhor **Vítor Franco**, da Bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Recomendação “Construção de um Plano Municipal de Saúde”:-----

--- “Em junho o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE) dirigiu às Câmaras Municipais uma pergunta questionando sobre a existência de um Plano Municipal de Saúde e outras iniciativas para a prevenção da doença e promoção da saúde.-----

--- Das perguntas constava: Um – Esta Câmara Municipal tem um Plano Municipal de Saúde? Dois – Quais são as medidas e objetivos inscritos nesse Plano? Três – Que outras



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

iniciativas (para além ou na ausência de um plano municipal de saúde) foram ou estão a ser tomadas pela autarquia no sentido de prevenir a doença e promover a saúde na população? Quatro – Quais são as entidades parceiras destas iniciativas e planos? -----

--- Das respostas constata-se que apenas três Câmaras têm Plano Municipal de Saúde: Gondomar, Santo Tirso e Odivelas (se bem que o de Odivelas é de dois mil e nove).-----

Na resposta da CMS pode ler-se: -----

--- “Assunto: Plano Municipal de Saúde e outras iniciativas para prevenção da doença e promoção da Saúde. -----

--- Na sequência do vosso requerimento número dois mil e cinquenta e cinco/XIII, informamos que a Câmara Municipal de Santarém não dispõe de um plano municipal de saúde, contudo desenvolve iniciativas em parceria com diversos agentes locais, de prevenção da doença e promoção da saúde, nomeadamente no sentido do incentivo e informação sobre comportamentos saudáveis. -----

--- Assim, o Município de Santarém desenvolve: -----

--- Projeto “Portugal sem Diabetes”, tendo elaborado o Plano Estratégico de Prevenção da Diabetes para o concelho. -----

--- Este programa visa o diagnóstico precoce da doença, a promoção de estilos de vida saudável e a prevenção da diabetes tipo dois junto da população, nomeadamente da população ativa. -----

--- Rastreios TA, colesterol e glicémia junto da comunidade. -----

--- Comemorações do Dia Mundial do Coração com várias atividades desportivas, incluindo as pessoas com mobilidade reduzida, de sensibilização e informação sobre a doença cardiovascular. -----

--- Estudo dos indicadores de saúde no concelho de Santarém. -----

--- Participação na elaboração do Relatório sobre a saúde mental na Lezíria e Médio Tejo no âmbito do trabalho realizado nas plataformas supra concelhias (Programa Rede Social).

--- Apoio ao funcionamento do Gabinete de Apoio e Atendimento ao Familiar e Doente de Alzheimer de Santarém. -----

--- Apoio às iniciativas da Liga Portuguesa Contra o Cancro, Associação Alzheimer

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

Portugal, ACES Lezíria, UCC Santarém e vários serviços / departamentos do HDS.-----  
--- Divulgação das Ações, iniciativas e eventos promovidos pelos vários parceiros locais do setor da saúde”: -----  
--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, por proposta do Bloco de Esquerda, recomenda ao Executivo que proceda à elaboração de um Plano Municipal de Saúde, trocando previamente experiências com os municípios que já o possuem.”-----  
--- O senhor **Manuel João Frazão** criticou a recomendação apresentada considerando que a mesma desprestigia os profissionais de saúde do ACES do Tejo. -----  
--- A seguir o senhor **José Luís Cabrita** manifestou a sua discordância em relação a esta recomendação considerando que as questões da saúde devem ser da responsabilidade do poder central. -----  
--- Depois o senhor **Joaquim Neto** sublinhou as palavras do anterior orador. -----  
--- A seguir, o senhor **Armando Rosa** referiu que não concorda com alguns pontos da recomendação em apreço, contudo não tem nada a opor que seja elaborado um plano municipal de saúde, pelo que se iria abster. -----  
--- Após alguma troca de impressões foi a Recomendação em epígrafe submetida a votação tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte e cinco votos contra, um voto a favor e uma abstenção. -----  
--- Pelo senhor **Vítor Franco**, da Bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Recomendação “Aplicação do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Santarém”: -----  
--- “A Comissão Municipal de Proteção Civil é abrangida pelo Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Santarém aprovado por deliberação da Câmara Municipal de Santarém datada de dezanove de outubro de dois mil e dez. -----  
--- O referido Regulamento foi aprovado em Assembleia Municipal realizada no dia vinte e sete de Junho de dois mil e onze, ao abrigo da competência conferida pela alínea a), do número dois, do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redação da Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, com referência à atribuição prevista na alínea j), no número um, do artigo treze, da Lei

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

cento e cinquenta e nove e publicado em Diário da República, segunda série — N.º cento e sessenta e um — vinte e três de Agosto de dois mil e onze. -----

--- O Artigo quinze Funcionamento refere no seu numero um “— A CMPC reúne por iniciativa do Presidente da Câmara, sempre que necessário e, no mínimo, duas vezes por ano”. -----

--- Tendo em conta que: -----

--- a) O senhor Presidente da Câmara tem violado esta disposição, não cumprindo o referido prazo; -----

--- b) Que, apesar do BE vir a pedir desde dois de junho de dois mil e dezasseis a entrega do Plano Municipal de Emergência de primeira geração este ainda não foi entregue. -----

--- A Assembleia Municipal de Santarém, por proposta do Bloco de Esquerda recomenda ao senhor Presidente de Câmara que: -----

--- a) Envie a todos os grupos municipais o Plano Municipal de primeira geração; -----

--- b) Passe a cumprir o artigo quinze do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Santarém.” -----

--- O senhor **Vítor Franco** informou que retira todo o texto da recomendação com exceção do seguinte texto: -----

--- “A Assembleia Municipal de Santarém, recomenda ao senhor Presidente de Câmara que envie a todos os grupos municipais o Plano Municipal de primeira geração.” -----

--- Após alguma troca de impressões o Plenário deliberou **aprovar por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, zero votos contra e duas abstenções recomendação proposta.

--- Pelo senhor **Vítor Franco**, da Bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Recomendação “Mobilidade inteligente, economia forte”: -----

--- “**Mobilidade inteligente, economia forte**” foi o tema da Semana Europeia da Mobilidade de dois mil e dezasseis, entre dezasseis e vinte e dois de setembro. Com este tema incentivam-se os municípios a promoverem o reforço e melhoria do sistema de transporte público, impulsionando o comércio local e encorajando os cidadãos à utilização de alternativas ao carro próprio como a bicicleta. -----

--- Desde a sua criação em dois mil dois a Semana Europeia da Mobilidade tem tido

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 20/2013-2017**  
**Sessão de 30 de setembro de 2016**

impacto na sensibilização e concretização de medidas permanentes para cidades com ar mais limpo e mais qualidade de vida. Em dois mil e quinze participaram nas iniciativas mil oitocentos e setenta e três cidades de quarenta e cinco países. Em Portugal foram sessenta e três as cidades participantes. Em dois mil e dezasseis pretendeu-se salientar os benefícios para a economia local de um correto planeamento urbanístico e da utilização do transporte público.-----

--- A utilização desmedida do automóvel como transporte individual, além dos custos sociais com a sinistralidade rodoviária, tem também impactos muito negativos no ambiente e na saúde pública. A elevada concentração de poluentes está relacionada com a incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares. Um estudo recente na cidade de Copenhaga estima que a utilização local da bicicleta resulta numa redução anual das despesas com cuidados de saúde num valor superior a duzentos milhões de euros.-----

--- A Câmara Municipal de Santarém desenvolveu e ou apoiou algumas iniciativas – apoiamos todas as iniciativas que tenham sentido positivo. As iniciativas demonstraram que podem ter forte apoio popular e forte sensibilização para uma mobilidade mais ecológica e sustentável. -----

--- No entanto são notórias algumas insuficiências, por exemplo: é escasso proibir o estacionamento no Largo do Município ou ter ausente medidas notórias de apoio às pessoas com mobilidade reduzida... -----

--- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém reunida em trinta de setembro de dois mil e dezasseis, por proposta do Bloco de Esquerda, recomenda à Câmara Municipal que: ---

--- a) No próximo ano se desenvolva um plano mais vasto que procure ser mais útil para uma efetiva melhoria da mobilidade e do transporte com menor pegada poluente de forma continuada; -----

--- Que se se candidate ao programa “All for All”, que “visa adaptar a oferta turística às necessidades específicas de quem nos visita, desde famílias com crianças pequenas até seniores ou pessoas com algum tipo de incapacidade, ainda que temporária, e pretende criar um novo estímulo ao envolvimento de entidades públicas e empresas para fazerem de Portugal um destino cada vez mais acessível para todos. A aposta passa pela melhoria

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

do produto e na divulgação e promoção junto do turista de boas práticas de acessibilidade”.

--- Após alguma troca de impressões, foi a recomendação acima transcrita submetida a votação tendo sido **rejeitada por maioria**, com dezanove votos contra, dois votos a favor e nove abstenções. -----

--- Pelo senhor **Vítor Franco**, da Bancada do Bloco de Esquerda, foi apresentada a seguinte Recomendação “Aplicação das conclusões aprovadas na Assembleia Municipal em vinte e quatro de setembro de dois mil e dezasseis sobre o Coreto”:-----

--- “Uma Petição do Movimento “No Coração da Cidade – Santarém”, “Queremos de Volta o Coreto Romântico”, foi abordada por uma Comissão desta Assembleia Municipal que elaborou um relatório, aprovado na Assembleia Municipal que tinha como conclusões: “a) Esta comissão considerou que o trabalho feito pelo Movimento que apresentou a Petição tem muito mérito e que motivou uma reflexão sobre um espaço da cidade de Santarém, gerando debate de ideias e envolvendo cidadãos desta cidade;-----

--- b) Por vários motivos, quer sejam de ordem histórica, arquitetónica, financeira ou outros, não será possível repor o Coreto Romântico, tal como existia antes da intervenção no Jardim da Republica;-----

--- c) A Comissão recomenda ao Município de Santarém a realização de um estudo interno por forma a proceder a melhorias no Coreto, em especial relativamente à sua base em cimento de cor cinzenta, a qual foi considerada unanimemente, ser o elemento que mais agride visualmente a sensibilidade estética no conjunto, não esquecendo o enquadramento com o restante Jardim, por forma a melhorar o seu aspeto visual, tornando o espaço mais aprazível aos seus utilizadores; -----

--- d) Recomenda-se que o Município de Santarém promova, com regularidade a manutenção e pintura do Coreto; -----

--- e) Recomenda-se ainda que o Município de Santarém promova a dinamização de atividades no Coreto e no espaço envolvente. -----

--- O Presidente da Comissão, João Neves -----

--- A Relatora, Helena Victor.” -----

--- Passado um ano constata-se que: -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

- O Coreto apresenta acrescida degradação;-----
- Que ainda se desconhece “a realização de um estudo interno por forma a proceder a melhorias no Coreto.-----
- Assim, a Assembleia Municipal de Santarém, por proposta do Bloco de Esquerda, recomenda ao Executivo que proceda ao cumprimento do estipulado no Relatório aprovado pela Assembleia Municipal e na próxima Assembleia apresente relatório das medidas em curso.” -----
- O senhor **Paulo Tiago Santos** discordou que se esteja a fazer recomendações em cima de recomendações, considerando que não existe nenhum limite para a execução de recomendações.-----
- A seguir, o senhor **João Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, referiu que tem havido uma maior utilização do coreto, considerando que no seu entender não faz sentido a apresentação desta recomendação. -----
- Depois, o senhor **Joaquim Neto** disse que gostaria de ouvir o senhor Presidente da Câmara sobre esta matéria. -----
- De seguida, o senhor **Vítor Franco** recordou que já passou um ano depois do relatório da Comissão já ter sido aprovado. -----
- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que uma intervenção neste espaço necessita da autorização do autor do projeto, recordando que o Jardim da República foi premiado como melhor jardim de dois mil e dez. Sublinhou que só com a anuência do autor do projeto a recomendação poderá ser cumprida. -----
- Por último o senhor **Vítor Franco** referiu que o facto de o jardim ter sido premiado é mais uma razão para insistir, considerando que não haverá problema em repor o que está degradado.-----
- Dada a ausência de mais oradores, foi colocada a votação a recomendação em epígrafe, tendo sido **rejeitada por maioria**, com dezoito votos contra, cinco votos a favor e cinco abstenções. -----
- Pelo senhor **Armando Rosa**, da Bancada do Movimento Mais Santarém, foi apresentada a seguinte Recomendação:-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017

Sessão de 30 de setembro de 2016

--- Há um par de anos atrás a Câmara Municipal de Santarém, sensível à situação difícil e injusta por que passavam os comerciantes do Centro Histórico, bem como os profissionais liberais com escritório lá sediado, implementou um selo anual gratuito para estacionamento nos parques tarifados da cidade e em zonas definidas de acordo com os locais dos estabelecimentos. -----

--- Por razões várias, em dois mil e catorze, esse selo deixou de ser atribuído, o que provocou junto dos atingidos um avolumar de despesa e de multas, desde então originadas pela fiscalização da PSP, a favor da Abispark. -----

--- Acontece que outros profissionais, liberais e por conta de outrem, têm tido a sua vida facilitada com um estacionamento gratuito, num espaço que, sendo municipal, seria justo poder ser utilizado com critérios bem definidos, também por outros munícipes. -----

--- É de difícil compreensão que existam espaços amplos para estacionamento de viaturas, tanto na ex-Escola Prática de Cavalaria como no piso inferior do parque subterrâneo do Jardim da Liberdade sem utilidade prática, ou com uma utilização discriminatória. -----

--- Pelo exposto, o Movimento independente de cidadãos Mais Santarém, recomenda ao executivo camarário que, a exemplo do que até há bem pouco tempo já existiu, estude um processo que permita aos comerciantes da cidade, em especial aos do Centro Histórico e aos profissionais liberais aí sediados, usufruírem de modo gratuito espaços de estacionamento, de modo a evitarem os custos a que agora estão obrigados. Uma medida dessas também iria permitir a utilização dos espaços libertados nos parques tarifados da cidade, para utilização dos seus clientes, visitantes e cidadãos em geral. -----

--- O senhor **José Luís Cabrita** referiu que está de acordo com os considerandos da recomendação o mesmo já não acontece com as conclusões. Sublinhou que o regulamento não respeita a lei e porque entende que a gestão do espaço público deve ser da responsabilidade da Câmara Municipal. -----

--- Salientou que o problema do estacionamento não se resolve por permitir que uma determinada categoria profissional ou grupo de cidadãos tenha acesso a estacionamento não pago em determinados pontos da cidade. -----

--- A seguir o senhor **Paulo Tiago do Santos** salientou que o estacionamento gratuito quer

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

no parque subterrâneo quer no centro histórico tem custos para a autarquia, lembrando que existem parques de estacionamento gratuitos no Campo Emílio infante da Câmara e no Largo do Choupal, pelo que a bancada do PSD iria votar contra a recomendação em apreço. -----

--- Dada a ausência de mais intervenções, foi a recomendação em epígrafe submetida a votação tendo sido **rejeitada por maioria**, com vinte votos contra, um voto contra e seis abstenções. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação, em minuta, as deliberações tomadas na presente sessão, a fim de produzirem efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**.

--- Foi dada a palavra à senhora **Filomena Gonçalves**, em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB de Casal da Charneca e Jardim de Infância de Almoester, que alertou para o que se está a passar em Casal da Charneca, salientando que aquando da aprovação da revisão da Carta Educativa, em trinta de junho de dois mil e quinze, teve a oportunidade de chamar a atenção para os graves erros que o documento apresentava em relação a Almoester. -----

--- Informou um conjunto de diligências efetuadas pela referida Associação de Pais, criticando que se tenha crianças a ter aulas em contentores quando existe uma escola e sala de aulas em perfeitas condições de funcionamento, referindo que a maioria dos alunos são provenientes do Casal da Charneca. -----

--- Após alguma troca de impressões, a senhora Vereadora **Inês Barroso** esclareceu que ao longo deste mandato o executivo tem mantido um dialogo aberto em matéria de educação com instituições e associações de pais. -----

--- Prosseguiu, prestando informações referindo que anteriormente as crianças eram recolhidas de manhã por carrinhas da Junta de Freguesia que as distribuía pelas escolas da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 20/2013-2017  
Sessão de 30 de setembro de 2016

freguesia de Almofter. No final do período da manhã os meninos das escolas de Vila Nova do Coito e Casal da Charneca eram novamente transportados em carrinhas para irem almoçar a Almofter dado que essas escolas não tinham condições para que fosse servida uma refeição. Ou seja, as crianças passavam grande parte do período de almoço de um lado para o outro.-----

--- Realçou que a solução adotada permite uma otimização dos recursos educativos de modo a que as crianças tenham as mesmas condições de aprendizagem das outras crianças do concelho, acrescentando que as crianças foi aquilo que mais importou na decisão deste executivo em matéria de educação.-----

--- Salientou que teve a oportunidade de constatar que as crianças de Almofter estão felizes porque têm todas as condições de aprendizagem e a possibilidade de brincarem conjuntamente. Concluiu, dizendo que aquilo que se pretendeu fazer foi criar condições para assim que a obra de requalificação da escola de Almofter esteja concluída os meninos apenas mudem de espaço porque já estão com o contexto todo criado.-----

--- Dada a ausência de mais intervenientes, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por concluído o Período de Intervenção do Público.-----

--- Era uma hora e trinta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi.-----

----- **O PRESIDENTE** -----